

China

Demian Castro, José Eduardo Roselino, Antônio Carlos Diegues, Rita Coitinho, Carlos Eduardo Martins, Rogério Naques Faleiros, Júlio Miragaya, Niemeyer Almeida Filho, Vanessa Petrelli Corrêa, Leonardo Leite, Larissa Naves de Deus Dornelas, Isabela Nogueira, Iderley Colombini e Esther Majerowicz debatem a situação e perspectivas da economia chinesa e os cenários do embate com os EUA e comparam o modelo de economia planificada pelo Estado com o do Ocidente



China

■ Nossos articulistas aprofundam a discussão sobre o mais importante fenômeno da economia mundial nesse século, a ascensão da China.

Demian Castro, da UFPR, acredita que a China tem instrumentos para atenuar a desaceleração cíclica e que o novo “normal” pressupõe uma transformação estrutural rumo à alta densidade tecnológica e novos padrões energéticos.

José Eduardo Roselino, da UFSCar, e Antônio Carlos Diegues, da Unicamp, avaliam que a tão alardeada crise na China caminha para um *soft landing*, porque o Estado conta com instrumentos de seu sistema bancário público e políticas fiscais e para-fiscais.

Rita Coitinho, analista internacional, interpreta as notícias sobre a “crise iminente” na China como *wishful thinking* estadunidense. O cenário na China é de crescimento sustentado e fortalecimento do comércio global.

Carlos Eduardo Martins, da UFRJ, destaca o poder de estatais chinesas que priorizam a produção à rentabilidade e prevê que o país vai eliminar a sobrecapacidade em construção civil, energia e aço.

Rogério Naques Faleiros, da Ufes, acredita que a economia chinesa marcha rumo à Indústria 4.0 e matriz energética mais limpa. Que economia desenvolvida do Ocidente cresce hoje 6% ao ano?

Júlio Miragaya, do Cofecon, ressalta que a China caminha para se tornar a potência hegemônica até 2049. Seu modelo será socialista (reforçando o controle social da produção) ou capitalista (acentuando os mecanismos de mercado)?

Niemeyer Almeida Filho e Vanessa Petrelli, da UFU, defendem que a China foi capaz de constituir um socialismo de mercado, mantendo a primazia das decisões políticas estratégicas de Estado sobre a dinâmica do capital.

Leonardo Leite, da UFF, afirma que o atual momento histórico de embaite entre China e EUA se assemelha ao do imperialismo pré-Primeira Guerra Mundial – e não ao da Guerra Fria.

Larissa Dornelas, da UFPR, chama a atenção para o processo histórico de crescimento econômico, *catching up* e internacionalização monetária da China e as mudanças na hegemonia econômica mundial.

Isabela Nogueira e Iderley Colombini, da UFRJ, apontam que a nova classe trabalhadora chinesa nas cidades está majoritariamente nos serviços informalizados, não possui direitos trabalhistas e cumpre jornadas extenuantes.

Esther Majerowicz, da UFRN, acredita que os investimentos chineses em países da periferia reforçam a sua tradicional inserção internacional como exportadores de bens primários e importadores de manufaturados.

Sumário

Sobre a crise na China e o futuro dos embates com os EUA	3
<i>Demian Castro</i>	
Marx, Keynes e Schumpeter reunidos em Beijing	6
<i>José Eduardo Roselino e Antônio Carlos Diegues</i>	
Sobre a “crise chinesa”: notícia ou desejo ocidental?	8
<i>Rita Coitinho</i>	
A China na terra em transe: para reorientar o Brasil	11
<i>Carlos Eduardo Martins</i>	
Alguns palmos à frente do nariz? Senão, vejamos	13
<i>Rogério Naques Faleiros</i>	
Projeto China 2049	16
<i>Júlio Miragaya</i>	
A China como representação de uma sociedade alternativa às sociedades ocidentais	19
<i>Niemeyer Almeida Filho e Vanessa Petrelli Corrêa</i>	
Nova guerra fria ou velho imperialismo?	22
<i>Leonardo Leite</i>	
China e a hegemonia econômica global em debate	24
<i>Larissa Naves de Deus Dornelas</i>	
A nova classe trabalhadora na China	27
<i>Isabela Nogueira e Iderley Colombini</i>	
A ascensão da China: luta de classes e concorrência intercapitalista ...	30
<i>Esther Majerowicz</i>	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sérgio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Antônio dos Santos Magalhães. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2023-2025): Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026): Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2022-2024): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2023/2025): Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026): Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2022-2024): José Ricardo de Moraes Lopes, Glician do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Sobre a crise na China e o futuro dos embates com os EUA

Demian Castro*

■ Este artigo resulta das reflexões suscitadas por três perguntas: 1) há uma crise na China ou navega por um “novo normal”? 2) quais são as perspectivas e cenários dos embates entre os EUA e a China para as próximas décadas? 3) qual é o balanço possível entre as trajetórias capitalistas neoliberais e o “socialismo de mercado” com características chinesas?

O mundo

Durante o século XX, a humanidade presenciou períodos de guerras e matanças de massa, guerras contra domínios coloniais, desemprego e pobreza. Sucintamente, a crise do padrão ouro envolveu o sepultamento de uma velha ordem nacional e internacional, de cujas entranhas emergiram o nazismo e o fascismo. Nesses “breves” tempos, o socialismo estabeleceu-se enquanto possibilidade nacional concreta e a União Soviética foi decisiva na derrota do nazismo. Após o século das grandes humilhações, a China resolveu a questão nacional sob a ordem socialista. O processo revolucionário produziu a reforma agrária de maior envergadura da história moderna. Nos países socialistas, o fantasma do desemprego foi afastado. A ordem bipolar após a Segunda Guerra Mundial opôs capitalismo e socialismo. Sob a hegemonia americana, os países capitalistas desenvolvidos e parte da sua periferia operaram com razoável grau de coordenação e políticas de inspiração keynesiana.

As ideias econômicas dominantes tinham que enfrentar os temas referidos à dinâmica cíclica das economias capitalistas, as crises, o planejamento e o crescimento sustentado. Temas nucleares tanto para a sobrevivência do capitalismo quanto do so-

cialismo. Com Marx, Keynes e Kalecki, aprendemos que o ciclo e a crise fazem parte da acumulação de capital e, não menos importante, que a falta de respostas adequadas para estes fenômenos abriu as portas do nazifascismo e do socialismo. Diferentemente de hoje, para os países capitalistas, as respostas adequadas passavam pelo Estado e o emprego. A partir dos anos oitenta, o poder hegemônico americano passou a impulsionar a financeirização e o rentismo. A queda da União Soviética propiciou o surgimento de narrativas que exaltavam a restauração capitalista. A força motriz do capital desprovido das amarras do estado de bem-estar seria capaz de homogeneizar o espaço-tempo do mundo e, mais ainda, bradar aos quatro cantos o fim da história. Mercados livres guiados por expectativas racionais, finanças equilibradas, abertura comercial e financeira tornaram-se os mantras a serem reproduzidos pelas autoridades e alimentadas por quase todas as escolas de economia colonizadas pelo *establishment*. A contra cara desta narrativa foi o aprofundamento da desigualdade, a exclusão e a desconstrução do mundo do trabalho. As fronteiras entre a civilização e a barbárie se tornaram difusas numa era que, também, tem sido de fabuloso progresso técnico, concentrado e centralizado, a revolucionar os padrões de produção, consumo e as formas de sociabilidade.

China

Na década dos setenta do século XX, no intuito estratégico de isolar a União Soviética, os EUA iniciaram uma aproximação com a China. A mudança de orientação diplomática foi favorecida pelas relações belicosas, cortadas desde a segunda metade dos anos cinquenta do século XX, entre a URSS e a China. Para esta última, a possibilidade de uma





aliança com os EUA poderia ser um contrapeso para impedir qualquer ofensiva militar russa. O início desta nova era marca, para alguns, o começo do “desenvolvimento a convite” americano para a China. Para ponderar em relação a esta atraente expressão que tenta explicar o início da ascensão chinesa, é preciso observar que as forças motrizes do capital oligopolista americano impulsioaram investimentos movidos pela conquista de novos mercados e condições “protegidas” para explorar mão de obra barata e disciplinada. Ao mesmo tempo, este “produzir barato e comprar barato” acelerou e alastrou a desindustrialização americana, celeiro dos eleitores trumpistas. Convite errado de alguém que subestima a capacidade de um povo com mais de 4000 anos de antiguidade.

A partir dos enunciados políticos iniciais de reforma e abertura da economia de Deng Xiaoping, em 1978, até os dias de hoje, de maneira não linear ou monolítica, a China construiu uma sólida indústria pesada, globalmente competitiva, em bens de produção, incluindo as cadeias produtivas dos serviços de infraestrutura e uma manufatura capaz de abranger o amplo e interminável espectro do consumo de massa e de luxo. Diferentemente das trajetórias latino-americanas, a ascensão chinesa envolveu a

endogenização das fontes schumpeterianas do progresso técnico. A quarta revolução industrial encontra a China como protagonista e como uma modeladora fundamental das forças produtivas. As leituras ocidentais mais rasteiras e, infelizmente, dominantes entendem que na China o capitalismo triunfou sob a forma de um “capitalismo de Estado” e uma gigantesca plataforma de exportação. Para estes produtores e usuários de narrativas ocidentais, os ajustes necessários sempre passariam por “mais mercado” e democracia. Menos controles, maior abertura e isonomia para o capital estrangeiro. Enfim, para horror dos formadores de opinião ocidentais, a estranha China não aceita aderir às diretrizes requentadas do consenso de Washington geradas pelos EUA, decide largar o dólar e passar a usar sua moeda e seu poder econômico para realizar transações internacionais em suas áreas de influência. No plano interno, a China não se intimidou pelo “*too big to fall*” e procedeu ao saneamento do setor imobiliário, deixando quebrar a Evergrande Real Estate Group Ltd.

No atual estágio do desenvolvimento chinês, o socialismo de mercado resulta da subordinação da acumulação de capital e seus atores ao Estado socialista, que projeta e planeja as grandes metas econômicas e so-

ciais e regula a economia privada. Entretanto, o metabolismo da acumulação de capital produz ciclos, alimentados pela ocupação variada de capacidade ociosa e as mudanças de demanda efetiva. Ao mesmo tempo, a introdução em larga escala de inovações envolve “destruição criadora”, obsolescência e abandono de processos e produtos, com consequências para o emprego e a renda. A dialética entre o socialismo e o capital neste nível de desenvolvimento produz categorias e determinações de novo tipo, as quais só superficialmente se parecem com a teoria macroeconômica convencional que opera sob os parâmetros da oposição e do *crowding out* entre Estado e mercado. Seguindo os teóricos e reformadores chineses, o socialismo em sua fase inicial enfrenta ainda o “*animal spirit*” do capital. Externamente, as autoridades devem lidar com o novo ambiente de desglobalização e a emergência de um nacionalismo de novo tipo, engendrado pelos EUA, que se protege atacando e que é seguido pelos seus subordinados europeus em fase de desintegração regional.

Durante o século XXI, a trajetória chinesa, a despeito de seu profundo entrelaçamento com as principais cadeias globais de valor e seu enorme volume de comércio exterior, é marcada pela preponderância de seus fatores econômicos endógenos que, simplificada, se traduziria no domínio do mercado interno sobre o mercado externo. Porém, o poder de compra ainda é limitado pela distribuição desigual da renda e, no plano externo, pelo baixo desenvolvimento financeiro internacional do yuan, que limitam e desafiam temporal e estruturalmente sua expansão. A experiência chinesa mostra que a sua força exportadora deriva do desenvolvimento das suas forças produtivas. Seu extenso território e sua enorme população de 1,4 bilhão de habitantes foram determinantes para que sua ascensão extrapolasse os limites nacionais. Não há clareza se a internacionalização gerada pela sua economia virá acompanhada de uma nova filosofia diplomática como eles apregoam ou se acabará seguindo as mesmas trajetórias das “velhas” nações imperialistas. Por enquanto, suas relações exteriores

constroem parcerias guiadas pelo “win-win” e, em princípio, não negam transferência de tecnologia, como demonstrou com a vacina contra Covid que desenvolveu.

Dramaticamente e, talvez, acima de tudo, a guerra e os desastres climáticos podem encurtar o horizonte temporal de todos: poderá a força geológica das sociedades capitalistas ser atenuada por uma sociedade ou civilização ecológica chinesa? Até quando será possível para a China evitar uma guerra ou guerras regionais?

O tensionamento geopolítico e geoeconômico internacional que a recorrente retomada da hegemonia americana gera reduz os espaços de autonomia diplomática internacional. As demandas das economias de guerra financeirizadas são gatilhos que acentuam a fragmentação social e regional. A desarticulação do espaço comum europeu e a estratégia de cancelar a Rússia têm favorecido a plutocracia americana e seus sócios poderosos além-mar. Depois da queda do Muro de Berlim, a guerra entre o capitalismo e o socialismo cristalizou-se como fria, os conflitos diretos evitados no centro e deslocados para a periferia. Mas alguns chegam a afirmar que o desfecho da “Baía dos Porcos” resultou mais de sorte que de juízo. Num cenário como o atual, é verdadeiramente arriscado cravar prognósticos, o que não significa que não existem escolhas melhores ou mais sábias a serem feitas. Desastres ambientais ou guerras ou genocídios nos aproximam do fim, nunca foi tão importante a construção de uma institucionalidade supranacional “sul-sul”, o multilateralismo e o fortalecimento de novos eixos econômicos, políticos e diplomáticos internacionais. Paradoxalmente, o bloqueio e guerra comercial que os EUA promovem contra países tais como Cuba, Venezuela, Irã, Rússia e China tendem a intensificar a desconfiança no dólar e a acelerar o desmoronamento da globalização econômica e financeira. Neste sentido a China pode atingir, antes do imaginado, a soberania tecnológica.

Nada é mais enganoso do que concluir pela existência de uma crise chinesa. Faz mais ou menos dez anos que a nação vem crescendo a taxas menores, o novo “normal” pressupõe uma transformação estrutural na

direção de setores, ramos e empresas produtivas de alta densidade tecnológica e novos padrões energéticos. O envelhecimento populacional acelerado pode ajudar a atenuar os potenciais efeitos negativos da “destruição criadora” provocada pelo deslocamento dinâmico. Certamente, os longos semestres de *lockdown* causado pela pandemia afetaram seu desempenho econômico e determinaram a saída de muitos cidadãos e pequenas empresas estrangeiras, mas a sua retomada foi mais forte quando comparada com outros países. Neste sentido, parece mais uma expressão de desejo do que uma constatação científica cravar que a China está em crise porque cresce menos. As narrativas econômicas dominantes erram ao antecipar uma crise e o esgotamento de um modelo de desenvolvimento guiado pelo Estado. As autoridades possuem uma extensa lista de instrumentos de política econômica e fundos para atenuar os efeitos negativos da desaceleração cíclica ocasionada por razões endógenas ou exógenas, mas sempre referidas às especificidades decorrentes de ser um socialismo de mercado. Por outro lado, e, para além da gestão macroeconômica, uma economia monetária ainda regida pela lei do valor está sempre sujeita às desavenças geradas pela ambição, a cobiça e o egoísmo. Como fará a China para massificar valores civilizatórios socialistas a partir de uma sociedade movida pelo dinheiro?

Certamente as experiências do Japão, da Coreia do Sul e dos tigres asiáticos passaram longe das narrativas neoliberais. A China aprendeu com eles, com a queda da União Soviética e com a globalização comandada pelos EUA. Entendeu a importância de construir um robusto sistema financeiro estatal, uma macroeconomia imune ou protegida dos fluxos de capitais especulativos internacionais, controlando câmbio e juros. A entrada na OMC e no FMI não a levou a demonizar o Estado e abraçar o *laissez faire*. Sob o socialismo, o Estado criou o capital e busca aparar seus impulsos selvagens, só assim tem conseguido se aproximar da prosperidade comum em dimensões históricas inéditas. O sucesso da experiência chinesa necessariamente lhe dá centralidade

internacional e a coloca, querendo ou não, como principal antagonista da hegemonia americana.

A experiência chinesa de desenvolvimento é dificilmente catalogável. Se imaginarmos o posicionamento do Brasil e da China no final dos anos setenta, não estaríamos errados ao concluir que, nosso país encontrava-se, em termos de estrutura industrial, um passo à frente. Entretanto, de lá para cá fomos largamente ultrapassados, estivemos a trilhar uma via de desenvolvimento progressivamente mais letárgica e negativa, não soubemos transitar de um desenvolvimento autoritário para um desenvolvimento democrático. Seguindo a trilha de muitos, desmontamos as estruturas fiscais do Estado e o que restou foi cercado pelo rentismo. A China seguiu o caminho contrário: o Estado foi decisivo na constituição de forças produtivas capitalistas, em nenhum momento deixou de imaginar o futuro e torná-lo exequível através do planejamento. As cartilhas neoliberais imaginam o futuro como uma confirmação do egoísmo individual do presente. O confronto existencial entre os dois países não nos deve levar a esquecer que as escolhas e decisões são vitórias políticas. Mas, antes de tudo, é bom saber que existem outras opções além das conhecidas opiniões produzidas pela grande mídia.

Os fenômenos econômicos chineses demandam enfoques que só parcialmente estão disponíveis no ocidente cultural. Durante a década de oitenta, a China aprendeu muito com os EUA e outros países sobre a construção de um mercado e de forças produtivas capitalistas. Está mais do que na hora de aprender com os chineses. Neste sentido, com os elementos que temos hoje, é equivocado referir-se a uma crise nesse país devido à desaceleração cíclica e à mudança estrutural observadas.

** Nascido na Argentina e morando no Brasil desde 1973, é formado em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fez mestrado no CME/Pimes/UFPE e doutorado e pós-doutorado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). É professor sênior do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Paraná (UFPR).*



José Eduardo Roselino



Antônio Carlos Diegues

Marx, Keynes e Schumpeter reunidos em Beijing

José Eduardo Roselino*
Antônio Carlos Diegues**

■ O mote “a China vai quebrar” já virou até meme nas redes sociais. Em desafio ao vaticínio repetido à exaustão por analistas e reproduzido nos mais consagrados veículos da mídia ocidental nas últimas duas décadas, a emergência da China como potência industrial, e progressivamente também tecnológica, é certamente o fenômeno mais importante da economia global nesse primeiro quarto do século XXI.

Os recorrentes erros dos prognósticos com relação ao desempenho da economia chinesa parecem ser decorrência de um vício de origem associado à formação intelectual hegemônica entre os analistas do ocidente. Para estes, formados geralmente nos marcos da ortodoxia liberal, o desenvolvimento chinês estaria condenado à uma inevitável debacle por ter sido, em última instância, obra assentada sobre alicerces “artificiais” do intervencionismo estatal.

É provável que essa crença recorrentemente renovada, do porvir iminente de uma crise devastadora, tenha levado a política externa das potências ocidentais, e em particular a dos Estados Unidos, a subestimar por muito tempo as possibilidades de emergência do velho “império do meio” à condição que hoje já se configura como realidade.

O desempenho da economia chinesa revela a vitalidade de um modelo econômico que combina um vibrante setor empresarial privado (nacional e estrangeiro) com eficientes mecanismos de coordenação e direcionamento do Estado-partido em direção a uma economia crescentemente voltada à inovação.

A resiliência da economia chinesa aos sucessivos obstáculos enfrentados, ainda que mediante taxas de crescimento mais modestas nos anos recentes, bem como a continuidade do processo de desenvolvimento e sofisticação de sua estrutura produtiva, revelam a insuficiência do referencial teórico hegemônico. O *mainstream* não se adequa ao entendimento da dinâmica de um modelo que parece

se guiar por princípios mais aderentes a preceitos caros ao pensamento de economistas clássicos, conforme indicaremos a seguir.

Afirmar que o modelo de desenvolvimento chinês tem sido capaz de promover progressos importantes e superar os sucessivos prognósticos pessimistas não significa sugerir que essa economia não enfrenta hoje um quadro desafiador, ou mesmo que seu sistema econômico esteja imune à ocorrência de crises.

Na verdade, o contexto atual conjuga importantes desafios conjunturais, estruturais e também geopolíticos, que resultam em um quadro geral bastante adverso. O que se propõe aqui é a ideia de que o modelo econômico chinês é caracterizado por uma capacidade ímpar de mobilização de instrumentos de coordenação e recursos, combinada com uma elevada competência no desenho e implementação de políticas voltadas à transformação estrutural de longo prazo.

Na dimensão conjuntural, o principal desafio a ser enfrentado é a superação dos efeitos macroeconômicos da crise do setor imobiliário, que tradicionalmente desempenhou importante papel como motor do crescimento e vive contínua desaceleração desde 2021. Além da participação direta e indireta sobre o PIB, que resulta em sensível desaceleração da renda nacional, a dinâmica do setor imobiliário afeta também de forma sensível a dimensão fiscal, uma vez que parte importante das receitas dos entes subnacionais depende de valores obtidos nas transações que envolvem o uso da terra para a realização de empreendimentos imobiliários.

A crise envolvendo a gigante incorporadora Evergrande suscitou no ocidente diversas previsões catastrofistas em semelhança ao quadro da crise financeira global que se seguiu à quebra do banco Lehman Brothers ao final de 2008. Ainda que as cifras envolvidas permitam esse paralelo com o episódio da crise sistêmica desencadeada a partir do epicentro no mercado imobiliário estadunidense, uma abordagem que considere a especificidade do modelo econômico e institucio-



nal chinês desautoriza analogias apressadas.

A desaceleração das vendas do setor e a deflação dos ativos imobiliários não foram ainda revertidos e continuam a lançar dúvidas sobre a saúde financeira de outras grandes empresas, alimentando o quadro de incerteza e o estado de confiança. A operação de rescaldo deve ainda prosseguir por alguns anos. No entanto, a capacidade de coordenação de instrumentos monetários-creditícios e regulatórios, graças ao caráter público do sistema bancário, e a mobilização de políticas fiscais e para-fiscais (como no caso da indução da participação de empresas estatais no mercado imobiliário) por parte do Estado chinês parecem apontar para um *soft landing*.

Mas é na dimensão estrutural que se reúnem as batalhas mais decisivas. As condições que permitiram à China despontar como grande vencedora do processo de globalização estão sendo progressivamente revertidas. Em certa medida, os obstáculos enfrentados refletem também o próprio sucesso alcançado até agora pela sua estratégia de desenvolvimento, como os que decorrem do continuado aumento do poder de compra dos salários dos trabalhadores, bem como os que se referem às dificuldades impostas pela crescente reação das potências ocidentais à sua emergência como ator geopolítico global de primeira classe.

A evolução da economia chinesa nas últimas décadas esteve em grande medida relacionada ao movimento de integração à economia global iniciado ao final dos anos 1970, com a política de reforma e abertura iniciada por Deng Xiaoping, e intensificado com o ingresso do país na OMC em dezembro de 2001. A estratégia foi exitosa em combinar a atração de investimentos estrangeiros com uma sólida política industrial e tecnológica de longo prazo, com objetivos e instrumentos evoluindo coerentemente a cada fase alcançada em seu desenvolvimento produtivo.

O espraiamento dos elos produtivos das cadeias globais foi, em grande medida, capturado por economias do leste asiático e, em particular, pela China, que se aproveitou deste movimento para promover a modernização de sua estrutura produtiva em consonância com uma política industrial voltada à absorção de tecnologias e capacitações.

Assim, a ascensão chinesa não pode ser entendida como um fenômeno dissociado da

própria globalização econômica, e talvez também não seja exagero afirmar que a própria globalização não existiria como tal sem a integração da China às redes produtivas globais.

A condição de “fábrica do mundo” foi conquistada inicialmente por meio da atração de elos das cadeias produtivas, sobretudo aqueles ligados às etapas intensivas em trabalho. Esse fator de atração ao investimento estrangeiro da “China barata” foi progressivamente se perdendo em razão do movimento de contínua elevação dos salários, promovendo a ampliação do mercado doméstico e incorporação de um elevado contingente social ao padrão de consumo da classe média.

Adicionalmente, nos últimos anos há uma modificação substantiva nesse macroambiente em que se desenvolveu a estratégia chinesa. O sistema internacional é atualmente marcado por turbulências e crises sucessivas em sobreposição a um acirramento das tensões crescentes entre as principais economias do globo, em particular com a escalada das rivalidades entre Estados Unidos e China.

Nesse contexto, assiste-se a um movimento generalizado de retomada de iniciativas explícitas de política industrial, de caráter tecnonacionalista, por parte dos países centrais, que buscam restabelecer a hierarquia historicamente construída entre as nações no que diz respeito às suas superioridades produtiva e tecnológica. Dentre as iniciativas nesse sentido está a própria emergência da chamada indústria 4.0 nos países centrais, que se configuraria como parte dos esforços das economias avançadas em empurrar a fronteira tecnológica em reação ao movimento de *catching-up* chinês.

A resposta da China a esse ambiente crescentemente hostil ao seu projeto de desenvolvimento tem sido a de redobrar as apostas na sua estratégia de transformação estrutural, alçando à condição de prioridade os esforços tecnológicos e inovativos em consonância com os preceitos de políticas industriais de matriz schumpeteriana ou neoschumpeteriana. Tais aspectos se identificam em iniciativas consubstanciadas no *Made in China 2025*, *Internet Plus* e nos mais recentes programas voltados ao desenvolvimento autóctone de semicondutores avançados e ao fomento de tecnologias associadas à Inteligência Artificial, por meio de *joint*

ventures entre as principais *big techs* do país.

A visão de que o desenvolvimento futuro do país deve ser orientado à transformação estrutural foi reafirmada no recente discurso proferido em março deste ano por Xi Jinping por ocasião da segunda sessão da 14ª Assembleia Nacional Popular, enfatizando como objetivo prioritário o “desenvolvimento de novas forças produtivas”. A utilização dessa terminologia própria à economia política clássica e, mais especificamente, à teoria de Karl Marx não é acidental. A constituição de uma base material avançada, fundada de acordo com o discurso oficial, em bases científicas, na promoção de novas indústrias, nos novos modelos e motores de crescimento e nas novas tecnologias inteligentes e verdes é teoricamente consistente com os objetivos declarados da “modernização socialista” proposta pelo líder chinês.

A relação entre o setor estatal e o setor privado está longe de ser linear e isenta de tensões, mas exibe notável capacidade de coordenação em torno dos objetivos nacionais estratégicos. O arranjo em torno da política industrial é viabilizado pela atuação de instituições como a *National Development and Reform and Commission* (NDRC) e a *State-owned Assets Supervision and Administration Commission* (SASAC), em conjunto com a mobilização de instituições financeiras estatais, dando materialidade à idealização keynesiana de um mecanismo de eficaz de “socialização do investimento”.

Em síntese, conclui-se que a trajetória exitosa alcançada pela China nas últimas décadas, assim como a resiliência apresentada no contexto adverso dos tempos atuais, nos lembra de velhas lições que não deveriam ser esquecidas: o caminho para a superação do subdesenvolvimento não é alcançado espontaneamente e depende fundamentalmente do êxito de estratégias voltadas à transformação de estrutura produtiva.

Em um país em que o desempenho de variáveis macroeconômicas, como a do resultado primário das contas públicas, praticamente monopoliza o debate econômico, essa há de ser uma lembrança preciosa...

* É economista e professor da Universidade Federal de São Carlos (jeroselino@ufscar.br).

** É economista e professor do Instituto de Economia da Unicamp (diegues@unicamp.br).



Sobre a “crise chinesa”: notícia ou desejo ocidental?

Rita Coitinho*

■ Desde a ascensão de Donald Trump à presidência dos EUA, em 2016, observa-se uma escalada do discurso sobre a “ameaça chinesa”. Mesmo com diferenças no tom ou no enfoque, a chegada dos Democratas (com Biden) à presidência dos EUA não representou uma distensão dessa tendência. A permanência do objetivo – conter e reduzir a presença comercial e política da China no globo – mostra que se trata de orientação de política externa consolidada entre os blocos e frações articulados nos espaços de poder dos EUA. Aos que por algum momento duvidaram dessa coesão, o projeto de lei¹ que tramita desde março de 2024 na Câmara dos Deputados dos EUA tem potencial de dissolver qualquer dúvida. Apoiado tanto por democratas quanto por republicanos, o projeto prevê facilitar “o investimento e a adesão dos países latino-americanos ao Acordo Estados Unidos-México-Canadá (T-MEC) para contrabalançar a influência da China”. O texto prevê o retorno das fábricas estadunidenses instaladas em solo asiático para o território dos EUA ou ainda para países latino-americanos. Trata-se de estender para todo o continente a política de instalação de “maquiladoras”, tal como ocorre no México desde o estabelecimento do Nafta², e ao mesmo tempo forçar uma redução dos investimentos produtivos em solo chinês.

Ao mesmo tempo em que a política estadunidense para a China aponta para uma relação conflitiva, quase uma “nova guerra fria” ou, ao menos, uma guerra comercial, a imprensa vinculada aos monopólios de comunicação dos EUA insiste em noticiar que a economia chinesa vai mal e em breve irá ruir. Seriam essas manchetes baseadas na análise objetiva da realidade ou mere *wishful thinking*?

Ao defender o restabelecimento de relações com a China, fato que ocorreu formal-

mente em 1978, Henry Kissinger concebia a aproximação com o país asiático como um movimento de ampliação do isolamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Aproveitando-se do afastamento entre as duas nações, resultante do chamado “cisma russo-soviético”, e também da morte de Mao Zedong, o diplomata estadunidense formulou a estratégia de aproximação e investimento na economia chinesa a fim de ampliar a separação entre os dois países socialistas e a “atrair” a China para o bloco hegemônico pelos EUA.

Iniciavam-se, naquele momento, as reformas econômicas que marcaram o período de liderança de Deng Xiaoping. Parte dos analistas de economia e política externa do “ocidente” apostavam na liberalização da economia chinesa e sua gradual inserção no capitalismo global de forma subordinada. Foi também essa a aposta de Kissinger, principal figura a persuadir os presidentes Nixon e Ford a restabelecer os laços com a China, abandonando o *status* político concedido até então a Taiwan – ao menos no plano dos tratados e da ONU. A China beneficiou-se amplamente dos investimentos externos nas chamadas Zonas Econômicas Especiais e adotou um modelo híbrido de desenvolvimento dos mercados, em grande parte por meio de reformas na estrutura produtiva do campo – o que possibilitou o surgimento de milhões de empresas familiares (Jabbour, 2020, p. 32) –, enquanto ampliou fortemente os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, inicialmente pela tática da engenharia reversa ou *catch and up* (Chang, 2004) chegando, nos dias atuais, ao patamar de líder absoluto em número de patentes e publicações científicas.

Nos anos 1990, os EUA já haviam alcançado uma situação que se assemelhava a uma “vitória napoleônica” (Losurdo, 2023) sobre a Europa e o Japão, a quem impuseram a renúncia ao tradicional “direito soberano da nação”, ou seja, ao recurso à guer-



ra, à ameaça ou ao uso da força. Por meio dos acordos de contenção da militarização da Alemanha e do Japão e da consolidação da Otan, com a qual submetia toda a Europa à sua hegemonia militar e, concomitantemente, pelo domínio incontestado dos principais mecanismos financeiros e da imposição da hegemonia de sua moeda nas trocas internacionais, os EUA afirmavam sua condição de superpotência. Naquela década, os países que até então compunham a URSS e a Iugoslávia passaram por uma inserção acelerada ao bloco capitalista, lançando mão dos receituários neoliberais, renunciando aos mecanismos de controle estatal nos setores produtivos e às medidas de controle de preços, no que a economista Isabela Weber (2023, p. 379) chamou de “doutrina de transição da terapia de choque”. A aplicação do receituário de liberalização acelerada levou o leste europeu rapidamente à ruína econômica. Como mostra o artigo³ de Ricardo Dathein, a liberalização levou os países do Leste Europeu a uma queda drástica dos padrões de vida. Conforme o autor, “o índice de desigualdade de Gini (quanto mais próximo de 100, mais concentrada é a renda) da Rússia foi de 37,5 (2018) e de 26,6 na Ucrânia (2019) (Banco Mundial)”, índice que, segundo o pesquisador, está provavelmente subestimado. No que se refere ao caso russo, em 2019, “em termos líquidos, o 1% mais rico da população se apropriava de quase metade da riqueza (47,7%), os 10% mais ricos, quase três quartos (74,1%), enquanto os 50% mais pobres detinham apenas 3,1% da riqueza nacional”.

Do ponto de vista dos EUA, a submissão da Europa completava-se nos anos 1990 pela quebra do mundo socialista. O controle da Ásia, por meio da submissão do Japão, a maior economia daquela região e uma das maiores do mundo, aparentava estar em vias de consolidação com a gradual entrada da China no sistema de comércio mundial. No entanto, após 23 anos da “abertura econômica”, a China lograva sua aceitação na Organização Mundial do Comércio, em 2001, mas não dava mostras de renunciar ao núcleo central de seu modelo híbrido, que combinava mecanismos de

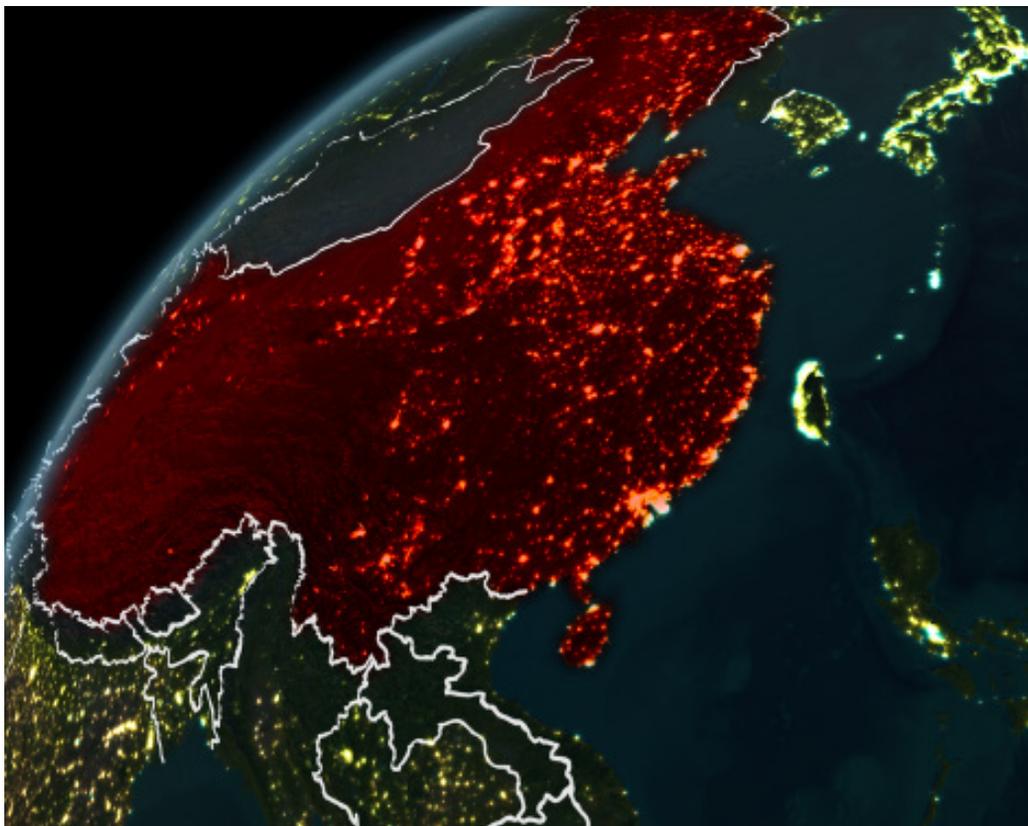
mercado e liberalização de preços em certos setores da economia com a planificação e o controle estatal de setores estratégicos. A China adentra à OMC constituindo, logo em seguida, aliada a países como o Brasil, coalizões que traziam visões divergentes para o comércio mundial, gerando o impasse que se traduziu na nunca concluída Rodada Doha em torno da liberalização do comércio, compras governamentais e serviços. Já despontando como potência regional na Ásia e seguindo com sustentadas taxas de crescimento em patamares superiores a 10%, a China chegou ao ano de 2008, marcado por uma grande crise financeira de proporções mundiais – iniciada nos EUA –, com capacidade não apenas de manter os níveis de crescimento, mas também de apresentar soluções coletivas para a superação das dificuldades de reorganização da economia. Nasce nessa época as coalizões de países em desenvolvimento para fazer frente à crise, donde sobressaiu-se o questionamento chinês à hegemonia do dólar e ao controle estadunidense das instituições financeiras, como o FMI. O Bric (depois Brics e atualmente Brics+) desponta nesse momento, gerando experimentações de trocas em moedas locais, construção de novos mecanismos de financiamento para obras de infraestrutura (*New Development Bank*) e uma nova aposta no fortalecimento dos fóruns internacionais, como a ONU, por meio do apoio à formação das agendas de desenvolvimento (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio).

Atualmente os noticiários têm se ocupado em prever o decréscimo chinês. As manchetes fixam-se na redução das taxas de crescimento, que antes eram de dois dígitos, para modestos 4 ou 5%, embora esses patamares menores estejam muito acima da média dos países desenvolvidos – a economia dos EUA cresceu 2.5% em 2023. Essa redução das taxas de crescimento chinês, no entanto, estão longe de significar uma crise ou “quebra iminente”, como fazem crer as matérias insistentemente veiculadas no noticiário econômico. Como bem mostraram Wenz e Hui (2020, p. 4), as metas atuais de crescimento estão vinculadas à consolidação de

objetivos de longo prazo. Há uma desvinculação importante do mercado imobiliário – eliminando o que se anunciou, há alguns anos, como uma “iminente bolha imobiliária” – e uma maior ênfase no mercado de bens interno, na modernização da agricultura de médio porte, com a construção de vilas modernas e investimentos em mecanização. Conforme os autores, “as metas de crescimento econômico do país estão atreladas aos seguintes objetivos de longo prazo: até 2035, tornar-se uma economia de alta renda; até 2050, transformar-se em uma economia avançada”. Assim, de acordo com eles, “o PIB *per capita* da China em 2019 apresentou valor de US\$ 10.262. Calculando com o dólar a preços constantes de 2019, para o PIB *per capita* chinês atingir pelo menos US\$ 18 mil em 2035, a taxa média de crescimento anual necessária a partir de 2020 deve ser de 4,1%. Uma vez atingido esse patamar, para que o PIB *per capita* ultrapasse US\$ 25 mil em 2050, a taxa anual média de crescimento do PIB no período 2036-2050 deve ser de 2,1%”. Como se vê, são médias de crescimento bastante inferiores às impressionantes taxas do início do século XXI, no entanto, revela-se a projeção de um crescimento sustentado.

Em 2019 havia, na China, cerca de 5,51 milhões de pessoas vivendo em pobreza extrema nas áreas rurais da China. Em 2020 o país anunciou a erradicação da pobreza extrema nos últimos condados – regiões rurais mais pobres. Na “Visão de Desenvolvimento da China de 2020-2035”, os pilares de sustentação do crescimento são urbanização, industrialização e cultura de poupança, por meio dos quais projeta-se o crescimento econômico de longo prazo da China. O 14º Plano Quinquenal da República Popular da China (RPC)⁴, referendado em 2021 pelas duas sessões da Assembleia Nacional Popular (ANP), enfatiza, ainda, a ênfase na qualidade do crescimento e na autossuficiência, tanto em matéria tecnológica quanto energética e alimentar.

São temas que certamente terão grande impacto no cenário internacional, posto que enfrentam diretamente o atual controle dos países centrais sobre determinados compo-



nentes eletrônicos – dependência esta que a China está em vias de solucionar – e que certamente serão o principal tema das disputas pelo controle do comércio e da produção global. A questão energética, com foco em energias limpas e renováveis, projeta a China como possível liderança nos debates sobre mudança climática e, claro, na superação das cadeias de valor vinculadas à exploração petrolífera. Por fim, a almejada autosuficiência alimentar – talvez a mais difícil de ser alcançada, dada a reduzida área de cultivo disponível na China, sendo necessários vultuosos investimentos para a ampliação de áreas e de produtividade – terá impactos significativos para parceiros comerciais como o Brasil, que hoje volta-se à exportação de *commodities* e perde relevância no setor industrial.

Como se vê, as notícias sobre a “crise final” ou a “crise iminente” da economia chinesa parecem apenas revelar o desejo de alguns articulistas e políticos estadunidenses. O cenário é de crescimento sustentado e de resiliência da política externa chinesa no fortalecimento de laços comerciais por to-

do o globo – esforço múltiplo conhecido como *Belt and Road Initiative* (BRI). Como mostram Escher e Schneider (2023), no que toca à América Latina, tida pelos EUA como seu “quintal natural”, “Wang Yi, ministro das Relações Exteriores da RPC, já afirmou que a América Latina é uma ‘extensão natural’ da Rota Marítima da Seda e um ‘participante indispensável’ na construção da BRI. A construção de infraestruturas na América Latina em geral, e na América do Sul em particular, faz parte de uma estratégia de longo prazo da China”. Um risco potencial dessa política, como informam os autores, “é o de que grandes projetos de infraestrutura na região a serem feitos pela China e vinculados à BRI possam ser vistos como provocações geopolíticas contra os Estados Unidos”. De fato, como resposta, os Estados Unidos têm buscado retomar áreas de influência, como já anunciam algumas iniciativas recentes para a América Latina.

Ao mesmo tempo, os EUA tratam de reforçar seu domínio político e militar, como ocorre na Europa por meio da Otan e seus esforços de guerra. Nos mares ao sul da Chi-

na, os EUA investem em alianças com potenciais adversários do país asiático por razões de disputas territoriais – caso do “Mar do Sul da China” – e em novas alianças militares, como a Aukus, nova aliança militar formada pela Austrália, os EUA e o Reino Unido. A expansão da China (e da Rússia) para o continente africano também é motivo de preocupação para os europeus e estadunidenses. Certamente teremos, em breve, alguma iniciativa de relançamento das disputas por influência naquela região.

* É socióloga, doutora em Geografia, tradutora, analista internacional e pesquisadora, com ênfase em geografia política, hegemonia e imperialismo. Autora de *Entre duas Américas: EUA ou América Latina?* (Insular, 2019).

- 1 <https://www.cartacapital.com.br/mundo/congressistas-dos-eua-apresentam-projeto-de-lei-para-frear-china-na-america-latina/>
- 2 Tratamos desse tema, rapidamente, aqui: <https://operamundi.uol.com.br/opiniaio/brasil-e-china-refutam-a-nova-guerra-fria/>
- 3 <https://sul21.com.br/opiniaio/2022/04/crise-economica-capitalista-como-causa-subjacente-da-guerra-entre-russia-e-ucrania-por-ricardo-dalthein/>
- 4 https://cset.georgetown.edu/wp-content/uploads/t0237_5th_Plenum_Proposal_EN-1.pdf

Referências

- CHANG, Ha-Joong. *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- ESCHER, Fabiano e SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2023.
- JABBOUR, Elias. *China – Socialismo e Desenvolvimento sete décadas depois*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- LOSURDO, Domenico. *Imperialismo e questão europeia*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- WEBER, Isabella M. *Como a China escapou da terapia de choque*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- WENZE, Xie e HUI, Li. *A visão de desenvolvimento da China 2020-2050 e as perspectivas para as relações com a América Latina*. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/293> (acesso em 29/05/2024)

A China na terra em transe: para reorientar o Brasil

Carlos Eduardo Martins*

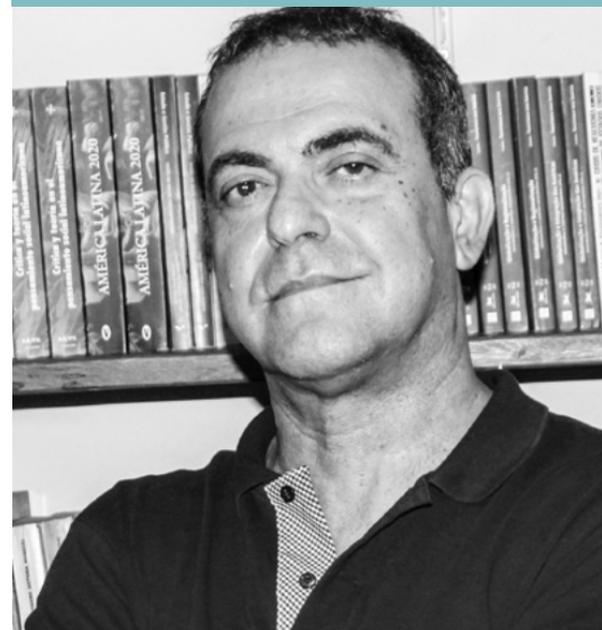
■ A crise da economia mundial de 2008, com epicentro nos Estados Unidos e Europa Ocidental, marcou o começo da transição para a onda longa recessiva em curso. Esta foi consolidada a partir de 2015, com a diminuição das taxas de crescimento do PIB na China à quase metade da alcançada durante a fase expansiva do ciclo de Kondratieff que se estabeleceu em 1994. Entre 1994-2007, a taxa de crescimento do PIB *per capita* mundial alcançou 2,2% a.a., performance similar ao período de 1939-73, e substancialmente superior ao 1,1% a.a. de 1973-94, de que se aproxima o 1,4% a.a. de 2008-2022.

Diferentemente da fase expansiva do Kondratieff que se estabeleceu entre 1939-73, extremamente duradoura, de 34 anos, a mais recente alcançou apenas 13 anos. Em nosso livro, *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, apontamos a principal razão para isso: há movimentos estruturais e cíclicos que são mais amplos que os Kondratieffs e os condicionam. No pós-guerra se consolidou a fase áurea da transformação material e institucional de uma nova hegemonia e os Estados Unidos deslançaram a última etapa da revolução industrial, internacionalizando as corporações multinacionais e o fordismo. Estabeleceram novas bases para a reprodução ampliada do capital e lideraram a reorganização de um mundo em profunda transformação. Redefiniram espaços geopolíticos, ampliaram a agenda liberal, refrearam e reprimiram processos revolucionários e movimentos nacionais-populares, limitando ou impedindo sua afirmação e difusão.

A fase expansiva do Kondratieff que se estabeleceu durante a globalização neoliberal, inversamente, se desenvolveu sob a crise de hegemonia dos Estados Unidos e o choque entre a mundialização da revolução científico-técnica e a civilização do capital, provocando um efeito negativo sobre as possibilidades de

transformação produtiva. Ambos os processos, a inflexão cíclica da hegemonia e a reação do capital a essa revolução, fortaleceram a financeirização e a deslocalização da produção em detrimento do desenvolvimento das transformações materiais nos centros imperialistas da economia mundial. A financeirização, a sobrevalorização do dólar e o controle sobre as instituições financeiras mundiais compensaram o declínio da liderança tecnológica estadunidense sobre os processos produtivos de acumulação, reforçando esse descenso no médio e longo prazo. Somaram-se à deslocalização para rebaixar os preços da força de trabalho nos países centrais, regulando-os a partir dos salários das periferias. O objetivo é o de conter as pressões sobre os custos oriundos da revolução científico-técnica que transformou o valor da força de trabalho no principal elemento das forças produtivas, aumentando o tempo de formação e aprendizado do trabalhador e o grau de subjetividade incorporado aos produtos e serviços. Com isso, ela inverteu o princípio da revolução industrial que desvalorizou a força de trabalho em benefício da tecnologia, impulsionou a taxa de mais-valor e impôs o triunfo da civilização capitalista. Marx sempre considerou o capitalismo um modo de produção cujas bases típicas de forças produtivas são a grande indústria e o princípio mecânico, sendo a automação uma contradição que ativa a tendência decrescente da taxa de lucro em função da dificuldade de substituir massivamente a força de trabalho manual pela intelectual sem favorecer o poder social dos trabalhadores e as explosões revolucionárias.

A derrota imposta pela grande burguesia estadunidense e europeia às suas classes trabalhadoras precarizou a força de trabalho, elevou o desemprego, garantiu altas taxas de mais-valor, mas significou o declínio de seus Estados na divisão internacional do trabalho, incapazes de concentrarem os seus esforços de acumulação nas etapas mais avançadas das forças produtivas. A priorida-



de dada ao rentismo e à financeirização levou à imensa acumulação de capital fictício, à extensão da superexploração dos trabalhadores aos países centrais e abriu espaços aos competidores no sistema mundial. Entretanto, eles não poderiam vir dos espaços geopolíticos que internalizaram as pressões políticas e diplomáticas dos Estados Unidos e do seu modo de acumulação. A emergência da China como potência no mundo contemporâneo indica uma ruptura com os padrões dominantes do capitalismo histórico. O estado chinês representa a conexão contraditória de três processos históricos: a forte tendência camponesa oriunda do sistema sinocêntrico pré-capitalista, a revolução socialista liderada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh) e a vinculação com uma economia mundial capitalista monopólica e desigual. O PCCh lidera este processo complexo e eivado de riscos e conflitos, buscando colocar no vértice da articulação o desenvolvimento da revolução socialista. Tem como meta impulsionar as forças produtivas, a urbanização e a industrialização, mas preservar a base camponesa e ecológica. Alertado pelo colapso da União Soviética e o fracasso do socialismo em um só país, pretende conectar-se com a economia mundial capitalista, impulsionar o crescimento econômico e evitar a exclusão tecnológica, sem cair na dependência, promovendo a soberania tecnológica e limitando a desigualdade.

Giovanni Arrighi chamou este processo de revolução industrial, em seu *Adam Smith em Pequim*, ao descrever um processo de acumulação com restrição à despossessão, diferenciando-o da revolução industrial liderada pelo capitalismo ocidental. Ele indicou o caráter estatal ou comunal da propriedade da terra e o uso de uma lógica social de introdução da tecnologia que transforma a economia de trabalho manual na ampliação e socialização da gestão, uma das chaves da vantagem chinesa em relação aos países ocidentais, cujos salários de gerência incorporam alta quantidade de mais-valor. O autor não deixou de descrever quatro grandes forças que atuam no processo histórico chinês: o proletariado urbano e o campesinato rural; a burocracia estatal; a burguesia nacional; e o capital internacional e o imperialismo. Dos anos 1990 até 2008, a criação de uma economia de

exportação complementar à especialização na divisão do trabalho estadunidense impulsionou a ascensão pacífica, o peso relativo da burguesia nacional, do capital estrangeiro e as conexões comerciais, financeiras e tecnológicas com o imperialismo. Entretanto, o Estado chinês não descuidou do desenvolvimento de um sistema científico e tecnológico soberano que ultrapassou os limites de uma economia complementar ao poder ultramarino estadunidense. Estruturou um setor estatal vinculado à indústria pesada, condicionou as *joint-ventures* à transferência de tecnologia, fomentou um setor privado com destacada dimensão comunitária, acolheu a onda de greves e protestos dos anos 2010, reforçou a legislação trabalhista e a regulação social contra os monopólios, lançou um programa estratégico colocando como meta o domínio da fronteira tecnológica e da economia verde entre 2030 e 2049 e manteve o controle das finanças e da conta capital. Reorientou sua política externa, reforçando os laços com a Rússia, a África e a América Latina para a construção de um espaço geoeconômico e geopolítico que se projete para a Eurásia e o Sul global, afirmando o multilateralismo como poder internacional e princípio organizativo.

Vinculados à financeirização e deslocalização como antídoto contra a força potencial de classe trabalhadora, incapazes de assimilarem plenamente a revolução científico-técnica ou de avançar consistentemente na desglobalização, os Estados Unidos se veem incapazes de enfrentar o dinamismo social, econômico e político do Estado chinês. Abandonam o imperialismo informal em favor de um imperialismo *tout-court* e de uma economia política de sanções e guerras que colocam a humanidade sob o risco da catástrofe. A China os ultrapassou em registros de patentes internacionais e a pujança de sua economia está fortemente vinculada ao poder de suas estatais, que priorizam a produção à rentabilidade. Elas funcionam eficientemente com baixas taxas de lucro, dimensão central para a competição em uma onda longa recessiva, e assumiram a liderança na lista das 500+ da *Fortune*. Sinalizam o comando político do Estado sobre o lucro e os arranjos dinâmicos que deverão prevalecer nas próximas décadas. Apesar da queda nas taxas anuais de crescimento do PIB *per capita* chinês

para aproximadamente 5%, essas continuam a estar mais altas que as de qualquer padrão histórico anterior de disputa de liderança. As crises são parte de um processo de desenvolvimento extremamente transformador e o país deverá reorganizar seus esforços de especialização produtiva, eliminando a sobrecapacidade em construção civil, energia e aço para dirigir-se cada vez mais à fronteira tecnológica. O aprofundamento dos conflitos internacionais deverá aumentar as conexões entre a burocracia partidária e a classe trabalhadora chinesa e o peso desta nos processos de socialização e de gestão do Estado, limitando a autonomia do capital local. Tenderá a favorecer os interesses geopolíticos sobre os estritamente econômicos na política internacional chinesa, propiciando a organização e institucionalização do multilateralismo.

Ator com importância potencial na influência regional de países continentais e anfíbios que lideram a construção do bloco geopolítico emergente, o Brasil se vê profundamente afetado pelo Kondratieff recessivo em curso. Se entre 2003-14, nos anos de *boom* das *commodities* e de ingressos de capital estrangeiro, o PIB *per capita* do país cresceu 3,3% ao ano, entre 2014-2022 decresceu 0,2%. O aprofundamento da crise se combina com a falta de capacidade imediata de demonstrar reação e oferecer alternativas. Para isso contribui decisivamente a hegemonia ideológica do liberalismo estadunidense sobre a centro-esquerda brasileira, que, ao invés de enfrentar a crise de legitimidade do neoliberalismo, opta por gerenciá-lo e aprofundá-lo como padrão de reprodução do capital, colocando em risco de colapso a esfera pública. A crise se evidencia nas altas taxas de superexploração dos trabalhadores, na destruição de direitos sociais e políticos, no desmonte dos processos de integração sul-americanos e na ameaça fascista.

Nesse contexto árido para nós, as conexões internacionais com uma liderança geopolítica dinâmica e a observação dos fundamentos do projeto de Estado chinês podem ser úteis para que o campo popular e democrático do país redefina a sua estratégia de poder.

* É professor associado da UFRJ, pesquisador do Clacso e editor de *Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*

Alguns palmos à frente do nariz? Senão, vejamos

Rogério Naques Faleiros*

■ Os efeitos da chamada crise do mercado *subprime* americano entre 2008 e 2009 são sobejamente conhecidos, com a bancarrota de diversos fundos de investimento e pensão e o socorro imediato do governo dos Estados Unidos à fortuna mundial. Na perspectiva do planejamento chinês, tal evento fora bastante significativo, visto que diversos ativos em posse (ou com participação) de investidores privados ou mesmo o Investimento Direto feito pelo Estado chinês foram atingidos. Ademais, o evento serviu como um alerta quanto à dependência do modelo de desenvolvimento daquele país em relação ao *export drive*, em face da severa debacle mundial propulsionada pela globalização dos mercados produtivos, de serviços e financeiros.

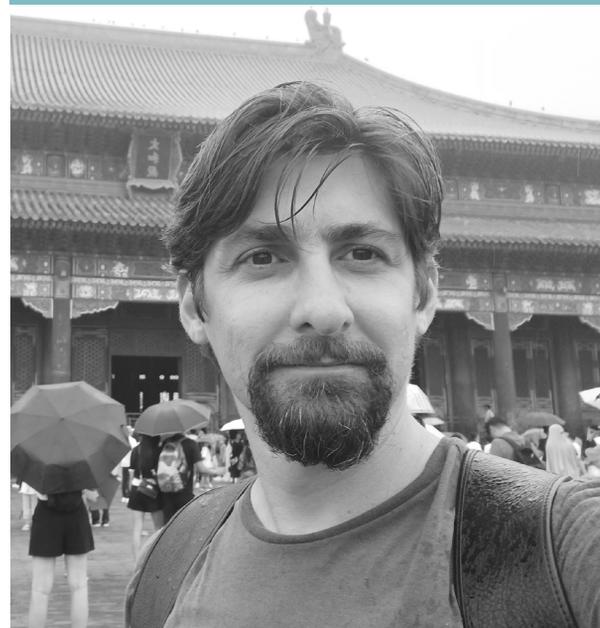
Em outubro de 2010, na quinta sessão do 17º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, Xi Jinping já despontava como nova liderança ao assumir a vice-presidência do Comitê Militar Central, e fora lançado como desafio ao 12º Plano a redução das desigualdades sociais, intrarregionais e entre cidade e campo a partir de um amplo pacote de investimentos em infraestrutura direcionados ao interior, mudando-se o eixo outra ligado ao investimento para o consumo e exportações. No bojo desta iniciativa, foram privilegiados os esforços relacionados à sustentabilidade ambiental e energética, visto que sua matriz vem sendo alterada paulatinamente desde então.

Ademais, foram ampliadas uma série de políticas públicas voltadas ao campo, tais como o *Dibao* (o maior programa de transferência de renda chinês), bem como fora lançado uma série de empreendimentos atinentes ao transporte, como trens de alta velocidade, a ampliação da malha rodoviária, construção de aeroportos, de moradias, infraestrutura de saneamento e redes

de transmissão elétrica em cidades do interior. Embora o carvão ainda seja dominante como fonte de energia, é digna de nota a redução percentual de sua utilização nos últimos quinze anos, de 72% em 2009 para 56% em 2022. Contudo, em termos absolutos, a utilização do carvão aumentou, visto que a energia consumida pelo país em 2022 é cerca de 9,5 vezes maior que a consumida em 1978. Cabe aqui a consideração de que a re-fundação de uma matriz energética é deveras complexa e demanda investimentos elevados ao longo dos anos e um leque amplo de parceiros internacionais estratégicos do ponto de vista do fornecimento crescente e continuado de matéria-prima.

Os Planos Quinquenais subsequentes (2016-20 e 2021-25) deram continuidade aos investimentos na modernização da matriz energética, visto que entre 2000 e 2020 a capacidade instalada multiplicou-se oito vezes, e cerca de um terço da capacidade instalada passou a derivar de usinas nucleares, eólicas e solares, em consonância com a redução das termoelétricas, baseadas no carvão em sua grande maioria. Tal informação se coaduna com as iniciativas de preservação de ecossistemas e melhoria da qualidade do ar, em consonância com o posicionamento que o país vem assumindo nas principais rodadas internacionais sobre o clima, em especial na 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática 2015 (COP21/CMP11), ocorrida em Paris, na qual, embora a China não tenha assinado na condição de país em desenvolvimento, obteve participação destacada.

Deve-se considerar também que a China vem buscando implementar uma base produtiva mais tecnológica e, portanto, mais limpa, o que pode ser observado no Plano Diretor Industrial “*Made in China 2025*”, no âmbito do 13º Plano, cujo objetivo é o de obter uma maior participação nas ca-





deias globais de valor, encorajando a substituição gradual de tecnologias estrangeiras por autóctones, preparando-se o espaço para as suas empresas nos mercados internacionais. O plano demarca a entrada definitiva dos chineses na chamada “Indústria 4.0” e se concentra no desenvolvimento de manufaturas inteligentes em dez setores-chave, quais sejam: nova tecnologia da informação (TI), ferramentas de controle numérico, equipamentos aeroespaciais, navios de alta tecnologia, equipamentos ferroviários, economia de energia, novos materiais, dispositivos médicos, máquinas agrícolas e equipamentos de energia.

Nesta esteira, o 14º Plano Quinquenal atualmente em vigor almeja um crescimento futuro do consumo doméstico e objetiva a redução das disparidades entre os padrões de vida urbanos e rurais, atingindo-se no próximo ano uma renda *per capita* de US\$ 30.000,00, ao qual subjaz o estabelecimento de cadeias de abastecimentos seguras em matérias-primas estratégicas à Indústria 4.0 (lítio, por exemplo), bem como a revitalização rural visando à

soberania alimentar (a China possui 7.200 empresas de sementes). Planeja-se também a ampliação dos investimentos em P&D, particularmente àqueles voltados ao *core* deste novo padrão tecnológico 4.0, e a redução da poluição atmosférica com uma utilização cada vez menor de combustíveis fósseis: espera-se que o pico de emissões de poluentes seja atingido em 2030, e que em 2060 o país alcance a neutralidade de carbono, o que Xi Jinping denominou “Projeto 30-60”. As emissões de carbono produzidas por unidade do PIB, mantida uma taxa média de crescimento de 5% e uma redução da intensidade das emissões de 18%, alcançarão o ápice em 2027, ao passo que se a média da taxa de crescimento for de 6%, o pico das emissões seria atingido em 2031, reduzindo-se paulatinamente, a partir desses anos, até o alcance da neutralidade de sua “pegada”. Para tanto, megaempreendimentos como o da Usina Yarlung Tsangpo, no Tibete, com capacidade de geração de 60 Gigawatts, três vezes maior que a Hidrelétrica Três Gargantas, localizada no Rio Yangtzé, que desde 2012

possuía a maior capacidade mundial. O projeto envolve dilemas fronteiriços com a Índia e certamente terá impactos ambientais e deslocamentos humanos consideráveis, aspectos infelizmente sempre presentes em projetos desta magnitude.

Assim, os três últimos planos quinquenais possuem uma linha de continuidade muito clara aos estabelecer vetores de avanço das forças produtivas que visam à sustentabilidade ambiental e à correlata diversificação de sua matriz energética em consonância com a “Indústria 4.0”. É digno de nota que os chineses tenham dado passos relevantes na cadeia de semicondutores com a fabricação interna de chip 5G Kirin 9000s em 2023 pela *Huawei Technologies* e pela *SMIC (Semiconductor Manufacturing International Corp)*, indicando que as restrições internacionais impostas pelos Estados Unidos neste mercado não surtiram muitos efeitos.

A Iniciativa Cinturão e Rota (BRI – *Belt and Road Initiative*, comumente conhecida como nova rota da seda) coaduna-se com o planejamento chinês, tratando-se de um esforço articulado de transnacionalização do capital. Considerando os superávits comerciais acumulados com o mundo e particularmente com os Estados Unidos, da ordem de três trilhões de dólares (uma espécie de grande *firewall* chinês) e a centralidade dos bancos públicos no financiamento de longo prazo, notadamente dos “*Big four*”¹, a Iniciativa busca viabilizar tecnologias futuras cada vez mais sustentáveis em termos de matriz energética, integrando vasta região do globo aos circuitos de valorização sediados em Pequim.

A título de exemplificação, países como Sri Lanka, Arábia Saudita, Peru, Cazaquistão, Catar, Uzbequistão, Laos, Jordânia, Zimbábue, Argélia, Indonésia, Iraque, Vietnã, Malásia, Emirados Árabes Unidos, Egito, Tanzânia, Nigéria, Lesoto, Omã, Argentina, Paquistão, Hungria, Bósnia e Herzegovina, Costa do Marfim, Filipinas, Camboja, Uganda, Bangladesh, Afeganistão e Armênia² receberam investimentos chineses no último ano no setor energético (petróleo, hidrelétricas, usinas solares e eólicas, transmissão e híbrido)

e o setor produtor de baterias recebeu, no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota já acumula 1,053 trilhão de dólares (dos quais 634 bilhões em contratos de construção e 419 em investimentos não financeiros). A África lidera o fluxo de IDE, seguida pela Ásia Central e Oriente Médio, a América Latina e a Europa.

Ademais, do ponto de vista da sociedade chinesa, a Iniciativa Cinturão e Rota faz-se necessária para a sustentação continuada das taxas de crescimento, aspecto sensível a uma população composta por cerca de 1,4 bilhão de pessoas, que demanda a geração massiva de empregos. Este aspecto é preocupante, visto que os números do *National Bureau of Statistics of China* registraram em março de 2023 uma taxa média de desemprego de 5,6% da força de trabalho, percentual que alcançou 18,1% entre jovens de 16 a 24 anos, o que, embora não pareça ser tão alto em comparação com os números de outros países, torna-se sufocantemente elevado quando se imagina a dimensão dessa população e sua concentração espacial. Desnecessário lembrar, evidentemente, que a Lei do Valor opera também em economias socialistas, e que percalços sempre existirão em sua trajetória, particularmente num mundo onde o Ocidente encontra-se prostrado em crise econômica severa há pelo menos uma década.

Do ponto de vista das relações internacionais, é importante destacar que a Iniciativa Cinturão e Rota é uma resposta geopo-

lítica chinesa na busca de garantir parceiros estratégicos ao cerco imposto por Washington ao seu território e às sanções às suas produções e avanços tecnológicos, considerando que da Ásia Central às Filipinas, e do Alasca até as ilhas do Pacífico, os norte-americanos têm aumentado consideravelmente sua presença militar por meio de efetivos e construção de bases militares. A Coreia do Sul e Okinawa (Japão) são os locais onde se encontram, hoje, os maiores efetivos de soldados *yankees* fora do território dos Estados Unidos, e o governo monitora muito proximamente os eventos que se sucedem em Taiwan. Assim, compelidos por esta “marcação sob pressão”, que em muito rememora o limiar das estratégias adotadas na Segunda Guerra Mundial contra os japoneses, a China tem buscado alternativas em aproximações com a Rússia, o Irã, a América Latina e todo o Sul Global, sendo a ampliação dos Brics³ um desdobramento deste plano.

Assim, em resposta ao título deste breve artigo, acreditamos que a alegação de que a economia chinesa está em crise deriva de uma visão meramente conjuntural, pois em termos estruturais, o que temos observado é uma economia em acelerada marcha rumo à Indústria 4.0 e a uma matriz energética mais limpa, em esforços notáveis quando comparados aos países desenvolvidos do Ocidente. Aliás, há anos a cobertura ocidental sobre a economia chinesa vem cravando a sua debacle e falhando miseravelmente em suas previsões, dado que lhes falta, por exemplo, uma melhor compreensão do fenôme-

no a partir da leitura de clássicos como os de Wen Tiejun, que nos ensina como o país tem convivido com crises severas desde a Revolução de 1949 e superado todas até o presente momento. A pergunta é: qual economia complexa e desenvolvida do Ocidente, hoje, cresce a uma taxa de 6% ao ano? O grande mérito chinês talvez seja o de enxergar alguns palcos à frente do nariz, habilidade rara hoje em dia.

* É professor associado IV do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e do Programa de Pós-graduação em Política Social. Exerceu o cargo de diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas CCJE-Ufes (2013 e 2020) e de pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Ufes (2020 e 2023).

1 ICBC (Industrial and Commercial Bank of China), CCB (China Construction Bank Corp), ABCB (Agricultural Bank of China e o Bank) e o BOC (Bank of China).

2 Embora seja um destino relevante dos investimentos chineses, como veremos adiante, o Brasil não assinou o memorando, considerando sua tradição de negociação independente. Entretanto, países de grande peso na geopolítica mundial e regional assinaram o memorando em 2023: Rússia, Turquia e Quênia. Ao todo, 146 países já assinaram as intenções de cooperação até dezembro de 2023. Na América Latina, até o momento, República Dominicana, Equador, Panamá, Cuba, Costa Rica, Bolívia, Uruguai, Guiana, Trinidad e Tobago, Antigua e Barbuda, Jamaica, Chile e Peru assinaram esses instrumentos com a República Popular da China.

3 A partir de fevereiro de 2024, Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã passaram a compor o agora denominado Brics+.

Referências

- BRI International Green Development Coalition. Green Development Guidance for BRI Projects Baseline Study. *BRI International Green Development Coalition 2020 Policy Study Series*. Disponível em: Baseline Study Traffic Light System (bricg.net). Acesso em 07/05/2024.
- CARVALHO, E. M.; VERAS, D.; STEENHAGEN, P. (orgs.) *A China e a iniciativa cinturão e rota. Percepções do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023.
- HILTON, I.; KERR, O. The Paris Agreement: China's 'New Normal' role in international climate negotiations. *Climate Policy*, 2017, 17:1, 48-58.
- LI, Y. *Análise dos investimentos chineses no Brasil a partir das oportunidades criadas pelos planos "Made in China 2025" e "Internet Plus/Internet +"*. São Paulo: PPGRi Santiago Dantas: Unesp/Unicamp/Puc/SP, 2023. Dissertação de Mestrado.
- NEDOPIL C. *China's 14th five-year plan's climate ambitions: Can green finance help for a much-required overachievement of the targets?* Disponível em: <https://greenfdc.org/chinas-14th-five-year-plans-climate-ambitions-can-green-finance-help-for-a-much-required-overachievement-of-the-targets/?cookie-state-change=1715119419944> Acesso em 10/05/2024.
- NEDOPIL, C. 2024, *China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2023*. Griffith Asia Institute, Griffith University (Brisbane) and Green Finance & Development Center, FISF Fudan University (Shanghai), DOI: 10.25904/1912/514.
- WEN, TIEJUN. *Ten Crises: The Political Economy of China's Development (1949- 2020)*. Cingapura: Palgrave MacMillan, 2021.



Projeto China 2049

Júlio Miragaya*

■ Sabe aquela história da pessoa que ficava no portão de sua casa e todo domingo, ao ver uma mulher passar para ir à missa, dizia ao seu vizinho que ela estava grávida. Ficou repetindo essa afirmação por 10 anos e, certo domingo, ao ver a mulher passar com a barriga saliente, ele disse ao vizinho: “Eu não disse que ela estava grávida?”

É mais ou menos assim o que ocorria com os analistas econômicos ocidentais, que há anos afirmavam que: “em breve, o crescimento da economia chinesa despenará”. E, invariavelmente, davam com os burros n’água. Há quinze anos diziam que a economia chinesa crescia acima de 10% ao ano porque a sua base era pequena. Mas de 2010 a 2018, a taxa anual oscilou entre 7% e 10% e registrou média de 5% nos últimos 5 anos, mesmo com a pandemia.

E a razão da desaceleração é óbvia, pois agora seu PIB representa perto de 20% do PIB mundial. E mesmo com a redução, tendo agora um PIB equivalente ao norte-americano, a taxa chinesa ainda é elevada e cresce duas ou três vezes mais que os EUA. E não fossem os estrondosos gastos militares, próximos a 1 trilhão de dólares/ano, e as exportações de armamentos, de 200 bilhões de dólares (42% das exportações mundiais), o PIB norte-americano teria crescimento próximo a zero.

O crescimento econômico chinês

O motor da expansão chinesa, após as reformas liberais de 1978/79, foram as exportações de bens manufaturados. É claro que o mercado interno de mais de 1,4 bilhão de consumidores teve e tem cada vez mais um peso enorme, mas a economia chinesa permanece bastante dependente do mercado externo, tanto para absorver grande parte dos produtos gerados por sua enorme indústria, quanto para suprir a grande demanda por matérias-primas.

Em 2023 o comércio exterior chinês, o maior do mundo, somou quase 6 trilhões de

dólares (exportações de US\$ 3,38 trilhões e importações de US\$ 2,56 trilhões), nada menos que 35% de seu PIB nominal. E enquanto quase 70% do comércio exterior dos EUA se faz com a própria China, seus parceiros no Nafta (México e Canadá), a UE, Grã-Bretanha e o Japão, nada menos que 2/3 dos países do mundo (130) têm na China seu principal parceiro comercial.

A China aposta suas fichas na ampliação das relações com os países emergentes da Ásia, África e América Latina. Em 2022, enquanto o comércio com os EUA aumentou 5,6%, o incremento com os países da Asean foi de 15%, e com os países da “Iniciativa Cinturão e Rota - BRI”, de 19,4%. A estratégia chinesa passa ainda pelo fortalecimento da Organização para Cooperação de Shanghai (OCX) e do Brics. É importante destacar que o Brics tende a se consolidar como um espaço de articulação dos países periféricos contra o domínio exercido na economia global pelas potências ocidentais, que compreende a “ditadura do dólar”, as relações desiguais relativas a comércio e investimentos e as imposições ditadas por suas empresas transnacionais.

Entre os atuais dez membros do Brics estão algumas das principais economias do chamado “Sul Global”. Mas se China, Índia, Rússia, Brasil, Irã, Arábia Saudita, Egito e África do Sul já garantem ao Brics um PIB/PPC superior ao do G-7, a tendência é que países com economias poderosas, e que já integram o G-20, como Indonésia, México e Turquia, adiram ao Brics. Do mesmo modo, países com enormes mercados internos (superior a 230 milhões de habitantes), com economias em franca ascensão e enorme peso regional, como Nigéria (maior PIB da África) e Paquistão (potência nuclear) também devem futuramente ser incorporados ao Brics.

Atualmente são a China e seus vizinhos asiáticos que puxam a economia global. O crescimento do PIB acumulado entre 2020 (pior ano da pandemia) e 2023 entre as principais economias do mundo foi liderado

por Bangladesh (25,0%) e Turquia (24,6%), seguidos da China (20,1%), Irã (19,3%), Vietnã (18,3%), Egito (16,6%), Índia (15,7%), Paquistão (13,1%), Indonésia (12,2%), Nigéria (11,4%), Colômbia (11,2%), Arábia Saudita (10,4%) e Malásia (9,2%). O Brasil (7,6%) aparece empatado com a Rússia e Filipinas.

O primeiro país “rico” a aparecer é a Austrália (9,1%), seguida dos EUA (8,2%), Coreia do Sul (7,5%) e Canadá (4,4%). E as maiores economias europeias – Alemanha, Grã-Bretanha e França – se situam entre o reduzido crescimento da Espanha (2,7%) e o pífio desempenho da Itália (0,9%). Fecha a fila o Japão, com crescimento negativo (-1,0%).

Mas se observarmos o que ocorreu nas últimas quatro décadas, o cenário é ainda mais impressionante. Entre 1980 e 2022, foram também os países asiáticos que tiveram maior incremento no PIB (PPC) *per capita*, com a China disparada à frente (5.771% ou média de 10,8% ao ano), seguida pelo Vietnã (2.011%), Coreia do Sul (1.997%), Taiwan (1.793%), Índia (1.240%), Cingapura (1.157%), Tailândia (1.008%), Bangladesh (900%), Hong Kong (871%), Indonésia (861%), Turquia (838%), Malásia (745%) e Paquistão (504%). O Brasil, com aumento de 221%, cresceu menos que o Japão (355%) e a Argentina (263%).

China (e Índia) há dois séculos

Em 1750 o Império da China ocupava mais de 13 milhões de km² e contava com 230 milhões de habitantes. Já o Império Mogol (na Índia) se estendia por 4 milhões de km² e possuía 200 milhões de habitantes. Juntos, respondiam por 54% da população mundial e por cerca de metade da economia do planeta. Estudo do FMI estimou que tanto a economia chinesa quanto a indiana eram 15 vezes maiores que a britânica na primeira metade do século XVIII. Mas a vitória britânica sobre a França em 1763 propiciou seu avanço sobre o cambaleante Império Mogol, conquistando em 1765 as ricas regiões de Bengala e Bihar, e ao tempo que destruíam a próspera economia indiana e consumaram seu domínio sobre o país em 1857, massacrando 50 milhões de indianos pela guerra, fome e doenças.

Pouco antes de consolidar seu domínio sobre a Índia, os britânicos lançaram-se sobre a China. A proibição da importação de ópio pelo imperador chinês (as exportações britânicas cresceram 40 vezes entre 1767 e 1836) foi o pretexto para os britânicos desfecharem a 1ª Guerra do Ópio (1839/42) e, com o apoio de outros sete países europeus, dos EUA e do Japão, imporem à China os chamados “Tratados Desiguais”, forçando-a a ceder 39 concessões em 20 cidades litorâneas. Na sequência aconteceram a Revolta Taiping (1850/64), com mais de 20 milhões de mortos, nova derrota na 2ª Guerra do Ópio (1856/60), derrota na Guerra Russo-Chinesa (1894/95), na Guerra dos Boxers (1899/1901), queda da Dinastia Qing (1912), guerra civil e a invasão e ocupação japonesa (1937/45).

O resultado foi que a China – que teve a maior economia do planeta por quase cinco séculos, desde a ascensão da Dinastia Ming (1368) até o início do século XIX – teve sua rica economia destruída, dezenas de milhões de mortos e perdeu 28% de seu território (3,78 milhões de km²), no que os chineses denominaram “século da humilhação”. Apenas em 1947, após dois séculos de domínio britânico, a Índia, liderada por Mahatma Gandhi, se tornou independente da Grã-Bretanha. Já a China recobrou sua soberania dois anos depois, em 1949, com a revolução socialista liderada por Mao Tse Tung, 120 anos após sua derrota na 1ª Guerra do Ópio.

A realidade hoje

Passados $\frac{3}{4}$ de século, a China se tornou a maior economia (PIB/PPC) do planeta e a Índia, a terceira. Por volta de 2047/49, quando as duas populosas nações asiáticas completarão um século de efetiva independência, a previsão é que o PIB/PPC chinês e indiano suplantarão o norte-americano em 150% e 20%, respectivamente.

Nos trinta anos de 1949 a 1978, a China teve seu período de “socialismo real”, com vários percalços (Salto para a Frente, Revolução Cultural) e uma evidente dificuldade em desenvolver o país. Mas a partir de 1978 as reformas liberais de Deng Xiao Ping iniciaram um período de excepcional crescimento eco-

nômico, com base na convivência da economia estatal sob planificação central com uma economia de mercado altamente agressiva, mas submetida a regulamentação estatal, no que se convencionou chamar de “Socialismo de Mercado” ou de “Capitalismo de Estado”.

A teoria marxista afirma que a economia planificada significa um enorme avanço em relação à completa anarquia produtiva representada pelo sistema de falsa competição no atual estágio de capital oligopolizado, com a economia controlada pelos trustes financeiros, industriais e *high-tech*. Mas afirma também que o sistema socialista só poderá suplantará o capitalista se o fizer em escala global. A teoria de Stalin do “Socialismo em um só país”, bem sabemos, deu no que deu.

Na China atual são mais de 130 mil empresas estatais, a maioria provinciais, sendo pouco mais de cem as controladas pela Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Conselho de Estado (Sasac), enormes conglomerados, quase todos entre as 500 maiores empresas do mundo e com ativos que superam os 20 trilhões de dólares. Coexistem com mais de 12 milhões de empresas privadas (as maiores empregadoras), 2,5 milhões companhias limitadas (fortemente financiadas pelo Estado) e 120 mil empresas estrangeiras ou *joint ventures*, além de cooperativas e empresas coletivas. Estado e setor privado dividem meio a meio a participação na economia chinesa.

O Estado chinês planeja, regula, investe e empreende; enquadra o setor privado, mesmo que parcialmente, nos planos quinquenais e setoriais; direciona os investimentos externos; coibe a movimentação de capitais especulativos e controla o setor financeiro e os demais setores estratégicos, determinando a forma e o ritmo da acumulação de capitais. Mas não impediu o surgimento e o empoderamento de uma forte burguesia nacional, que aspira a se livrar das “amarras” do Estado.

Lições de outubro

Relembrar o que se passou na União Soviética é crucial para avaliarmos os riscos que corre o projeto chinês. Em 1917, Lenin estava ciente de que o sucesso do socialismo na Rússia dependia do avanço da revo-



lução proletária em escala mundial. Mas a ação revolucionária do proletariado foi derrotada na Alemanha, Itália, Finlândia, Hungria, Bulgária, Áustria etc., levando ao isolamento do Estado socialista russo. Lenin em 1922 já alertava para a crescente burocratização do Estado, mas após sua morte, a ascensão de Stalin significou a vitória da imensa camada social de burocratas, cuja consolidação implicava num processo de destruição da democracia operária e de degeneração do Estado Socialista.

Não obstante, a força da propriedade social dos meios de produção e da economia planificada impulsionavam a URSS para frente. Kruschev, que denunciou os crimes de Stalin, manteve intocados os privilégios da casta burocrática. E nas décadas de 1960 e 1970 os choques entre a propriedade social dos meios de produção e os privilégios auferidos pela casta burocrática se acentuaram. Na década de 1980, quando maior era o descompasso entre a massa trabalhadora e a casta burocrática, esta enxergou o momento propício para dar o golpe de morte na propriedade social dos meios de produção.

Após as reformas de Gorbachev, Yeltsin

lançou o objetivo de transformar a Rússia numa economia de mercado em 17 meses, privatizando 70% das empresas estatais. E o golpe de misericórdia na propriedade social veio em janeiro de 1992, com a constituição da agência governamental para a privatização (GKI), com as empresas estatais indo parar nas mãos justamente de seus gerentes e dos burocratas do PCUS. Em 1997 as atividades privadas ascenderam a 70% da economia russa, com apenas 30% sob controle do Estado. O temor de Lenin de que a Revolução Russa pudesse sucumbir começou a se consumir 60 anos após sua morte, e a propriedade social dos meios de produção foi substituída pela propriedade privada.

Qual a probabilidade disso se repetir na China? O mesmo Estado que promove o desenvolvimento econômico propicia o aumento da desigualdade social. Foi precisamente isso que levou o regime soviético ao colapso. Ademais, não há uma efetiva proteção social, não há a universalização e gratuidade nos serviços públicos, ancorados em valores de solidariedade e de justiça social, não há um sistema tributário socialmente justo. Há, na verdade, o avanço da mercantilização nas

áreas de saúde, educação e previdência.

O PCCh e a burocracia estatal fazem a mediação do conflito capital-trabalho, negando o direito à livre organização sindical, e mantêm contida a luta de classes, graças ao crescimento econômico, à baixa taxa de desemprego e de inflação e ao aumento real de salários, assegurando o que Hu Jintao chamou de “sociedade harmoniosa”. Mas a pressão sobre a propriedade social na China é enorme e só tende a crescer.

No plano global, a sobrevida de um sistema capitalista cada vez mais senil representa um estorvo para a maioria dos povos do planeta: financeirização ilimitada; guerra (condição para a expansão da indústria bélica) e tráfico de drogas. E os problemas mais graves da humanidade não encontram solução e vão se agravando: fome, miséria, precarização das relações de trabalho, perda dos direitos sociais, violência urbana e degradação ambiental. Tudo em função da maximização dos lucros, que resulta na concentração da renda e da riqueza em níveis abissais, com a opulência de um grupelho de bilionários convivendo com a miséria de bilhões.

Nesta terceira década do século XXI, tanto a elite política quanto a elite econômica chinesa parecem imbuídas do propósito de tornar a China a potência hegemônica na segunda metade do século. Com o império norte-americano em claro declínio, a maior ameaça ao projeto é a reação dos EUA à ascensão econômica e militar chinesa, e o resultado deste embate será conhecido nas próximas décadas. Resta saber se a China buscará retomar seu protagonismo acentuando os mecanismos de mercado ou reforçando o controle social da produção. De todo modo, socialista ou capitalista, parece que o projeto chinês é se tornar a potência hegemônica até 2049. Alguém duvida que consiga?

** É mestre em Planejamento e Gestão Territorial e doutor em Desenvolvimento Econômico Sustentável, ambos pela Universidade de Brasília (UnB). Conselheiro e ex-presidente do Conselho Federal de Economia (2016-17) e da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan, 2011-14), é atualmente assessor da Liderança do PT no Senado Federal e professor voluntário do Núcleo de Estudos da Amazônia da UnB.*

A China como representação de uma sociedade alternativa às sociedades ocidentais

Niemeyer Almeida Filho
Vanessa Petrelli Corrêa*

■ A percepção da ascensão da China na hierarquia global, tanto no âmbito do sistema interestatal quanto no âmbito da economia do mundo, é inequívoca. Desde os anos 1990, a China ascendeu persistente e gradualmente à posição de segundo país na economia do mundo, intensificando um processo de industrialização que fez com que aquela economia se tornasse, efetivamente, parte fundamental da dinâmica econômica global.

Por um lado, houve um processo de migração da produção industrial para a Ásia, mostrando um deslocamento do eixo da acumulação capitalista, o que parecia impossível, considerando as diversas tentativas de ascensão global de outras economias no âmbito das relações internacionais, desde os anos 1950. Por outro lado, houve consolidação do papel geopolítico da China. Observa-se que, ademais de ter uma participação histórica como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a China conquistou posição estratégica de contestação à liderança americana, não só pela importância de sua economia, mas sobretudo pela produção científica, tecnológica e militar. Não nos parece discutível afirmar que a China se constitui numa potência global, ainda que sua cultura milenar continue não sendo parâmetro para o desenvolvimento global.

Nesse contexto considerando a economia chinesa, destaca-se o seu potencial de rivalidade com os Estados Unidos. Para além de ser, hoje, o segundo PIB em termos mundiais, também fazem parte de seu peso no mundo o seu porte, em termos de território, sua população (segunda do mundo) e, também, seu poder bélico. Ademais dessas características, já importantes em termos glo-

bais, cabe à China hoje um papel essencial de mostrar “um novo tipo de desenvolvimento”, que não pode ser tratado, simplesmente, como desenvolvimento capitalista.

O período da Revolução Cultural, que ocorreu entre 1949 e 1977, funcionou como recuperação das características culturais hierárquicas da sociedade feudal chinesa, contudo, organizada em torno de ideais comunistas de privilégio à lógica coletiva. Houve, assim, conformação de instituições distintas daquelas do período feudal.

A modernização chinesa, que ocorreu a partir de 1978, com a ascensão de Deng Xiaoping, pode ser entendida como a retomada dos vínculos da economia nacional com o capitalismo global, já em estágio avançado de consolidação como ordem social global.

O processo de modernização da China, com abertura a atividades de mercado capitalistas, teve o arbítrio do Estado na definição das instituições reguladoras, ainda que contemplasse as exigências do processo de acumulação no que tange à regulação do dinheiro e às relações capital-trabalho. Por isto, a lógica de funcionamento do aparelho de Estado não está organicamente submetida aos interesses diretos do capital.

Note-se, então, que a retomada dos vínculos comerciais, financeiros, produtivos e culturais se deu de forma específica e particular em relação a todos os outros processos de avanço econômico de países periféricos ocorridos em outras partes do mundo. Acompanhamos a tese daqueles que veem a China como uma sociedade *sui generis*, mas não no sentido adotado por Ruy Mauro Marini, de um capitalismo deformado, dependente. Entendemos que a China foi capaz de constituir um socialismo de mercado, mantendo a primazia das decisões políticas estratégicas de Estado sobre a dinâmica do capital.

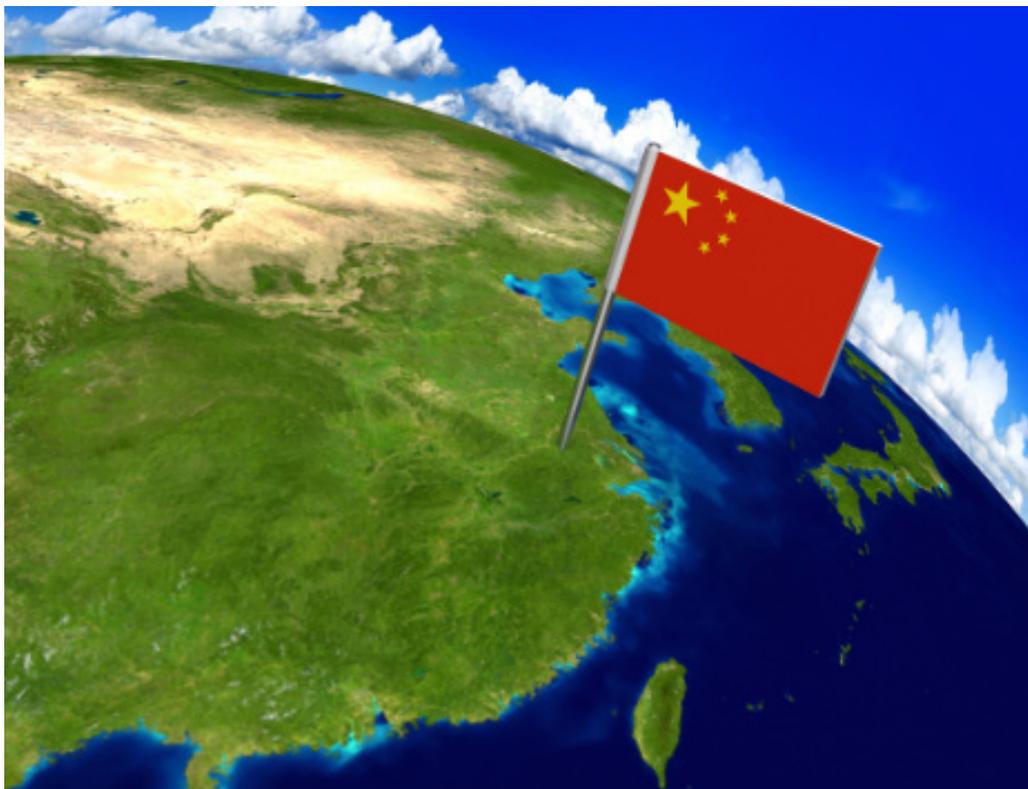


Vanessa Petrelli Corrêa



Niemeyer Almeida Filho





Há diferentes interpretações a este respeito na literatura e a maior parte dos pesquisadores ocidentais firma posição de que a China é um país de economia capitalista com centralização política, sem levar em consideração aspectos peculiares desse desenvolvimento. Esta posição leva, diretamente, a uma postura crítica de que não há democracia naquele país; com simplificação de caracterizar a China como um país autoritário, pela ausência dos mecanismos tradicionais das democracias ocidentais.

Em contraste, o artigo acompanha a tese de alguns dos autores que consideram que a China apresenta um novo e peculiar tipo de desenvolvimento (JABBOUR & GABRIELLE, 2021), sem, no entanto, fechar os olhos para as dificuldades tendenciais de associar uma “economia de mercado” com uma ideologia socialista.

O aspecto que queremos realçar é o de que tratamos da China como referência fundamental para os países da periferia do capitalismo que, insistentemente, vêm buscando um desenvolvimento mimético aos países capitalistas desenvolvidos.

A este respeito, nossa tese acompanha

aquela dos expoentes da Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 1973; SANTOS, 2011; OSORIO, 2004) de que o sistema global não admite alterações, pois tem natureza de desenvolvimento desigual e combinado, de modo que os países periféricos dependentes têm função específica na escala global. A extensão desta tese para a China mostra que a superação do subdesenvolvimento, ou da dependência, se faz por uma opção política, inexoravelmente dirigida pelo Estado.

A ascensão da China na economia global e a especificidade de seu desenvolvimento

A ascensão econômica da China está registrada amplamente em todos os principais bancos de dados que levantam e organizam dados sobre a economia global. Note-se que este termo de “economia global” passou a fazer sentido com o colapso da URSS em 1991, configurando um sistema interestatal quase completamente formado por economias capitalistas. Esta ressalva tem a ver com a proposição deste artigo, que discute, justamente, a caracterização da China como um país socialista. Não obstante, desde as reformas de 1978, com a ascensão de Deng Xiaoping, há expansão de ativi-

dades capitalistas internas que integraram a China no que estamos chamando de “economia global”.

A forma mais usual e simples de registrar a ascensão da China na economia global é pela sua participação na produção global, medida através do PIB. Desde os anos 1970, há estatísticas dos PIBs dos países do mundo que fazem parte da estrutura da ONU. Talvez os dados que configurem melhor a ascensão da China sejam aqueles que comparam as participações dos PIBs dos países da OCDE no conjunto dos países do mundo, confrontados com a participação da China no mundo. Essa foi a forma adotada por Giovanni Arrighi no seu estudo seminal sobre a concentração de riqueza no mundo, em 1995. Nesse artigo, Arrighi formula a ideia de ‘Núcleo Orgânico do Capitalismo’, formado pelos países que, nos cinquenta anos até os anos 1980, haviam determinado as diretrizes do desenvolvimento capitalista global (ARRIGHI, 1995, 1997; ALMEIDA FILHO e CORRÊA, 2000). Uma *proxy* desse núcleo pode ser o conjunto de economias que são membros plenos da OCDE, com poucas exceções.

Quando concordamos com isso, a participação relativa da OCDE e da China na produção global indicaria o significativo aumento de importância deste país na escala global, quando comparada com o “núcleo orgânico do capitalismo”. Para se ter ideia, enquanto em 1991 a China era responsável por 3% da produção global, em 2022, essa participação da China atingiu 18%. O país, sozinho, respondeu aí por 30% da participação da OCDE e esses números são expressão da mudança na estrutura da economia global.

Para além da dimensão quantitativa, houve também mudanças qualitativas, de maneira que a China alcançou posição estratégica na produção de produtos tecnologicamente complexos nos anos 2000. Esta característica pode ser visualizada pelas pautas de exportação e importação desse país, que se tornou cada vez mais complexa e expandiu fortemente em volume, como também pelo número de empresas chinesas que estão entre as maiores do mundo. Ou seja, os avanços produtivos e tecnológicos da economia chinesa são inquestionáveis.

Vale observar que o conceito moderno de “desenvolvimento” foi formulado e difundido no pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente nos anos cinquenta, em um período de conflito entre as perspectivas capitalista e socialista, em disputa para controlar e expandir o seu poder e controle territorial. O conceito de desenvolvimento hegemônico retrata a natureza mais profunda do desenvolvimento capitalista de estabilizar-se na expansão, num processo de reprodução ampliada do capital. Em outras palavras, o desenvolvimento capitalista exige crescimento das forças produtivas, daí o qualificativo de “desenvolvimento econômico”. A ideia central que se extrai deste processo é a de progresso. A proposição decorrente é que o desenvolvimento econômico capitalista engendra uma dinâmica autossustentável, realizando permanentemente melhoria das condições da vida social.

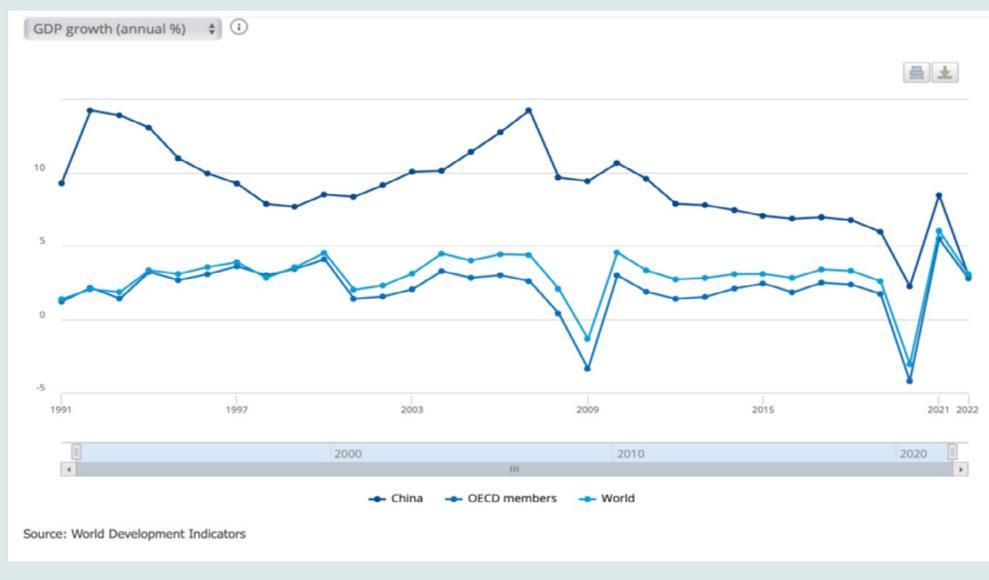
O desenvolvimento como progresso é uma questão política e acadêmica importante, especialmente pela sua influência sobre as políticas econômicas no período pós-guerra. Um dos ramos mais importantes dessa discussão é o das teorias de crescimento, em especial nas perspectivas neoclássica e keynesiana. No entanto, este não é o foco do presente artigo.

A nossa base está em Marx. Segundo Bonente (2011), não há senso de progresso na análise do desenvolvimento do capitalismo de Marx. Embora ele [Marx] transpareça em suas análises, particularmente em *O Capital*, que está muito impressionado pelo dinamismo produtivo do capitalismo, sua perspectiva é claramente crítica à perversidade desse sistema e à sua ênfase no consumismo.

Nosso ponto é o de que, no caso da economia chinesa, observou-se um processo de desenvolvimento particular, consubstanciando uma economia socialista de mercado, em que a operação dos capitais privados apresentava retornos muito favoráveis de investimentos nesse país, mas cuja dinâmica é ditada pelo Estado.

Por todos esses elementos, parece-nos lícito dizer que a modernização da China tem relevância para os países dependentes da América Latina, particularmente para o

Gráfico 1 – Taxas de variação do PIB – China, mundo e OCDE



Brasil. Os principais elementos-síntese dessa consideração são os seguintes:

A ascensão da China deslocou o eixo da acumulação global para a Ásia, de uma forma muito mais significativa do que o Japão foi capaz de realizar nos anos 1970. Com isto, houve desconcentração do que Arrighi denominou de Núcleo Orgânico do capitalismo, permitindo a abertura de espaços econômicos aos países da periferia;

O desenvolvimento da China como uma economia socialista de mercado se fez de forma gradual, com manutenção da lógica socialista de privilégio aos valores coletivos sobre os valores individuais. Por conta disto, a estrutura do Estado chinês é peculiar, apresentando inovações institucionais para gerir as funções econômicas que a dinâmica capitalista exige;

Contudo, o elemento mais importante que a modernização da China nos oferece é que esse paradigma alternativo de desenvolvimento é de difícil adoção para países de cultura recente e pouca densidade cultural. A razão política/ideológica se sobrepõe às imposições que o individualismo capitalista impõe a todas as sociedades.

A nossa consideração é a de que esse paradigma alternativo à razão política precisa ser alicerçado numa lógica distinta, e que aqui estamos chamando de socialista.

Referências

- ALMEIDA FILHO, N.; CORRÊA, V. (2000) Transição Brasileira: A configuração exemplar da nova forma de dependência dos países em desenvolvimento. In: *III Jornada de Economia Política*, 2000, Campinas. Anais conjuntos ANPEC/SBE/SEP, 2000.
- ARRIGHI, G. (1995). A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In: SADER, E., org. *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, G. (1997). A ascensão do leste asiático: um milagre ou muitos?. In ARRIGHI, G. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 53-92.
- BONENTE, B.M.I. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. 2011. 142p. Tese (Doutorado em Economia) Faculdade de Economia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2011.
- MARINI, R.M. (1973) *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANTOS, T. (2011 [1970]) A estrutura da dependência. In *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, nº 30, p. 5-18, outubro.
- OSORIO, J. (2004) *Crítica da Economia Vulgar: reprodução do capital e dependência*. Miguel Ángel Porrúa/UAZ.

* São professores titulares do Ieri/UFU.

Nova guerra fria ou velho imperialismo?

Leonardo Leite*

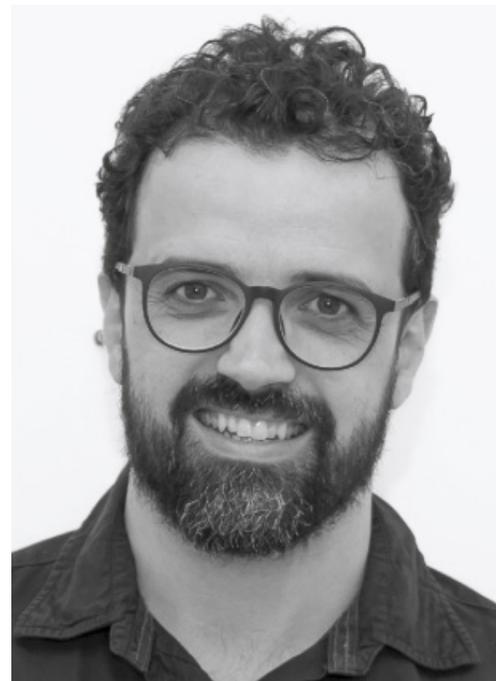
■ O embate entre China e Estados Unidos é travado em três arenas diferentes e complementares: a comercial, a tecnológica e a geopolítica. Como são batalhas que ocorrem paralela e simultaneamente, além de estarem acontecendo hoje, é difícil percebermos os nexos causais que as retroalimentam. Assim, recorreremos muitas vezes a analogias históricas para nos ajudar a melhor caracterizar o que de fato está acontecendo, como, por exemplo, a ideia de que estaríamos entrando em uma nova Guerra Fria. Por mais que possa ajudar em certos contextos, a utilização da analogia pode produzir um certo ocultamento de questões centrais que não estavam presentes naquele contexto original, contribuindo para mistificar as contradições reais que operam nos dias atuais. Mais do que uma Guerra Fria, o mundo de hoje parece reproduzir padrões do velho imperialismo. Vou argumentar que estamos mais próximos do período anterior à Primeira Guerra Mundial do que do período posterior à Segunda Guerra Mundial.

É importante que as coisas sejam vistas na ordem em que aconteceram. Quando Donald Trump anunciava que os Estados Unidos se retirariam do Acordo de Livre-Comércio do Pacífico e adotariam postura protecionista, no começo de 2017, os economistas do *mainstream* ficaram perplexos. Me chamaram a atenção, naquela época, as críticas de Paul Krugman, ganhador do Nobel de Economia em 2008, quando ele sugeriu que a imposição unilateral de tarifas de importação pela Casa Branca poderia desmantelar o sistema de comércio internacional graças, em última instância, à suposta “ignorância” do presidente ou de seus assessores. O que não se percebia era que o desmantelamento do sistema de comércio internacional já tinha se iniciado e fora impulsionado pelas próprias forças do mercado.

Depois de um crescimento praticamente ininterrupto entre 1947 e 2008, com certa estagnação nos anos 1970 e enorme

aceleração desde os anos 1990, o comércio como proporção do PIB mundial estagnou desde 2008. A escala é a seguinte: o comércio internacional atingia aproximadamente 10% do PIB mundial no final dos anos 1940, flutuava entre 20 e 30% nos anos 1980 e entre 40 e 50% nos anos 2000, chegando a quase 50% no alvorecer da crise de 2007. Desde então, até 2023, mantém o mesmo patamar, flutuando na casa dos 40%, com altos e baixos. Em outras palavras, a globalização da produção e as correntes de comércio que daí derivavam estagnaram muito antes da reação geopolítica estadunidense. Essa antecedência temporal é importante, pois ajuda a colocar em dúvida a tese de que o desmantelamento dos fluxos comerciais é um movimento *top-down*, que parte de decisões estratégicas estatais e então atinge as estratégias corporativas empresariais. O que os dados de comércio internacional parecem revelar é que primeiro, as estratégias corporativas foram adotadas para a manutenção das cadeias internacionais de oferta mais ou menos no estágio em que se encontravam em 2008.

Nesse processo de acirramento da concorrência intercapitalista no mercado mundial, empresas chinesas ao longo dos anos 2010 ganham paulatinamente parcelas do mercado mundial em vários ramos produtivos, destacando-se em algumas fronteiras tecnológicas. Os governos então passam a responder assertivamente em defesa de suas corporações. O *Chips and Science Act*, de Joe Biden, parece ser um grande exemplo desse processo em curso. Ao mesmo tempo, a política estadunidense de bloqueio de exportações de semicondutores para companhias chinesas pretende forçar seus parceiros comerciais a se alistarem a seu lado na guerra comercial e tecnológica contra a China. Funciona mais ou menos da seguinte forma: empresas em terceiros países que produzam semicondutores com alguma tecnologia americana, seja em *softwares* ou máquinas, só podem exportar pa-



ra a China com autorização especial da Casa Branca. Do contrário, perdem as licenças para uso da tecnologia.

Muitos estudos têm mostrado que está em curso um processo de fragmentação geoconômica, com o redirecionamento do fluxo de comércio e investimento entre países. Por exemplo, a parcela das empresas chinesas nas importações estadunidenses diminuiu desde 2018, enquanto aumentou o espaço de empresas de outros países. No caso da indústria de semicondutores, os dados são claros: em 2020, 80% dos chips importados pelos Estados Unidos eram produzidos em países “não-amigáveis”, seguindo a classificação de Goldberg e Reed (2023), enquanto, em 2022, esse valor chega em 55%. Os “amigos” que ganham parcela do mercado estadunidense nesse ramo são Taiwan (5 para 10%), Irlanda (2 para 8%) e Israel (1 para 4%). É preciso reconhecer que existe uma tensão entre a lógica geopolítica e a lógica econômica, que fica evidente no caso da oferta de baterias elétricas no mercado estadunidense. Nesse ramo, a indústria chinesa continua imbatível em termos de lideran-

ça tecnológica e produtiva, revelado pelo fato de que as importações estadunidenses continuam dependentes da oferta chinesa. Existe uma tentativa geopolítica de desacoplamento produtivo que é travada, em alguns casos, pela poderosa e complexa teia de interdependência empresarial, especialmente relevante quando notamos que os processos industriais característicos da revolução tecnológica em curso são massivamente modulares.

Essa é uma diferença muito poderosa em relação ao que acontecia na Guerra Fria. Hoje o embate entre Estados Unidos e China parte de um lugar de profundo entrelaçamento produtivo. A globalização da produção produziu um acoplamento entre empresas diferentes localizadas em países diferentes, de maneira que a tentativa geopolítica de impor barreiras tende a ser muito custosa. Claro que os governos podem pagar para ver, mas os custos são muito mais elevados que no pós-Segunda Guerra Mundial na medida em que os impulsos da globalização neoliberal, com as cadeias globais de valor, configuraram um tipo de organização industrial no século XXI profundamente segmentada internacionalmente. O CEO da Pfizer, por exemplo, disse que a produção da vacina da Covid-19 utilizou 280 materiais e componentes diferentes oriundos de 19 países diferentes. Por mais que a mídia e os relatórios das organizações multilaterais passem a noticiar temas como *onshoring* e *friendshoring*, esses fenômenos possuem limites. A queda da lucratividade das companhias capitalistas é uma barreira objetiva a essa tentativa de rever o processo de *offshoring* típico da globalização produtiva.

Mesmo com limites, a tendência à fragmentação geoeconômica, com dois blocos mais ou menos constituídos, com barreiras comerciais entre si, é uma realidade contemporânea. Considerando as estruturas industriais altamente complexas, sofisticadas e interdependentes, seria de se esperar que as empresas em ou outro “bloco” buscassem conectores, isto é, pontes para atravessar as barreiras erguidas. Gita Gopinath e outros autores, em *working paper* recen-



te do Fundo Monetário Internacional, mostram justamente isso. Comparando dados de comércio e anúncios de investimentos estrangeiros depois de instalada a Guerra Comercial, os autores mostram evidências de que países que tiveram forte aumento de exportações de mercadorias para os Estados Unidos também foram países que receberam vultosos capitais chineses. Em outras palavras, haveria uma tendência de firmas chinesas investirem na produção em outros países, principalmente México e Vietnã, o que lhes permitiria acessar o mercado estadunidense. Os autores não discutem se o mesmo ocorre em direção contrária, mas não há nada que rejeite, a princípio, uma hipótese como essa.

O lento movimento das placas tectônicas parece apontar para uma direção clara, com as exportações de capitais funcionando como operadores de atravessamento das barreiras comerciais, como condutos pelos quais valores continuam a se transferir internacionalmente. Pensando em analogia histórica, guardadas as devidas proporções, é aproximadamente esse nexo causal que os teóricos do imperialismo clássico, no começo do século XX, alertaram como a natureza do que ocorria na economia mundial naquele contexto. A defesa da indústria nacional por Bismark, na Alemanha dos anos 1870, com a imposição de tarifas unilaterais contra importações estran-

geiras em 1879, foi seguida por uma onda de restrições ao comércio internacional em boa parte das potências capitalistas (com exceção da Grã-Bretanha). Não é por outro motivo que a exportação de capitais (e tudo que decorre a partir daí) aparece como a questão principal nos estudos sobre imperialismo naquela época. Pois o maior peso da exportação de capitais põe uma dinâmica de concorrência internacional entre grandes trustes capitalistas coligados com seus respectivos Estados-nacionais, esasperado pelo fato de que se vivenciava uma revolução tecnológica, com o desenvolvimento, por exemplo, das indústrias química e elétrica. A divisão do mundo e a corrida armamentista eram claramente decorrências desse processo.

Claro que existem ressalvas a essa analogia histórica, mas as dinâmicas, as contradições e os conflitos de hoje me parecem mais próximos desse velho imperialismo do que da Guerra Fria.

* É professor na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.





China e a hegemonia econômica global em debate

Larissa Naves de Deus Dornelas*

■ Há muito se discute o sucesso econômico representado pela China, país que tem crescido de maneira sustentada, alcançando a posição de segunda economia mundial, além de configurar como o principal exportador do mundo. Considerando os últimos vinte e três anos, o país apresentou média de crescimento de seu PIB de 8,65%, tendo a primeira metade deste período comportamento ímpar, frente ao que costumeiramente se observa nas demais economias mundiais.

No período mais recente, com o impacto da pandemia da Covid-19 e da guerra entre Rússia e Ucrânia, tal crescimento perdeu velocidade e tem despertado um mix de curiosidade e especulação acerca da trajetória econômica chinesa e a potencial ameaça à hegemonia americana. Ora analistas e noticiários assinalam para uma forte crise da China, ao apontarem dificuldades de o país retomar sua trajetória díspar de crescimento. Ora outros se mostram assustados e por vezes desconfiados acerca dos resultados econômicos do país, como o crescimento recente de 5,3% do PIB no primeiro trimestre de 2024.

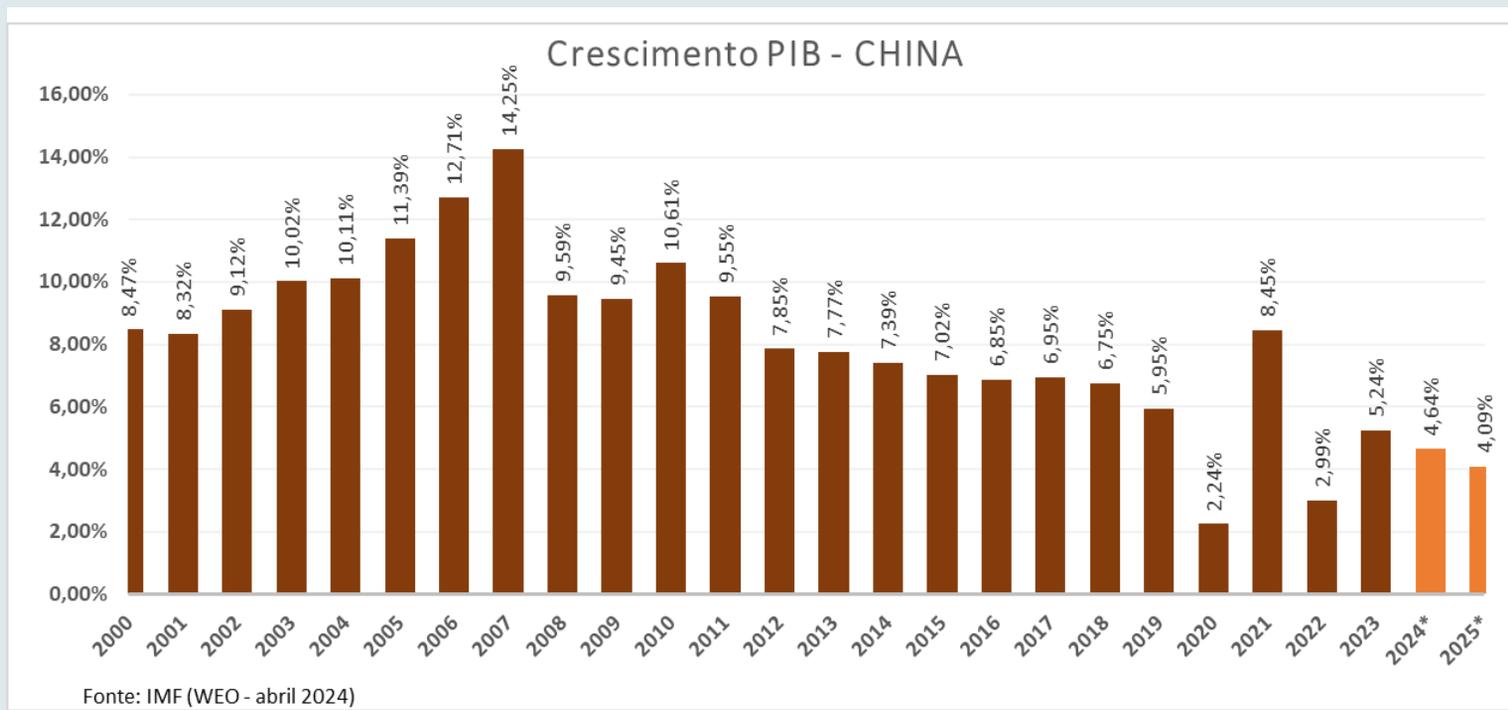
O FMI (abril/2024) apresenta projeção de crescimento mundial para os anos de 2024 e 2025 de 3,2%. Para a China, a estimativa é de crescimento de 4,64% em 2024 e 4,09% em 2025, representando a segunda maior perspectiva, atrás apenas da Índia. No caso dos Estados Unidos, estima-se 2,7% e 1,9%, respectivamente. Em que pesem tais estimativas, o documento aponta a desaceleração chinesa, sobretudo em razão da crise imobiliária que vive o país e a consequente redução de sua demanda interna, o que leva à preocupação do órgão de que os excedentes externos chineses poderão au-

mentar, o que agravaria tensões comerciais e geopolíticas postas nos últimos anos.

Por outro lado, o Banco Central chinês, em recente publicação sobre as perspectivas econômicas e financeiras para o segundo trimestre de 2024, aponta o compromisso público com políticas econômicas internas de estímulo ao consumo e ao investimento na indústria transformadora, com destaque ao fato de que considera o consumo 'a pedra angular' do futuro crescimento econômico. Ademais, com a reconstituição de estoques e retomada industrial a nível mundial, a China espera impulso da demanda externa, recuperando seu destaque exportador (BOC, 2024).

É sobre este cenário que as tensões comerciais e geopolíticas alertadas pelo FMI (abril/2024) parecem tratar. É de amplo conhecimento a guerra comercial que envolve China e Estados Unidos. Em 2023, após sete anos consecutivos, a China se mantém como maior exportador de mercadorias, representando uma fatia de cerca de 14,2% da exportação mundial. Para além da grandeza quantitativa, a composição das exportações chinesas muito se modificou ao longo dos anos. Por intermédio de seus planos quinquenais, entre as décadas de 1970 e 2000 pôde-se observar o ingresso da China nas cadeias globais de valor de indústrias tradicionais, como as têxteis (Hiratuka, 2018). Após este período, uma nova estratégia se estabeleceu e o país se voltou à inovação e construção de uma economia voltada ao conhecimento, com o foco industrializante baseado em pesquisa e desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento sustentável. Os planos quinquenais mais recentes certamente contribuem para a mudança da composição das exportações chinesas, que passaram a conter tecnologia de ponta (Nascimento, 2020).





Em meio a esta nova configuração, práticas protecionistas, condenadas pela Organização Mundial do Comércio, estão sendo recorrentemente utilizadas pelos Estados Unidos frente à concorrência chinesa, como as políticas tarifárias anunciadas em maio de 2024: aço e alumínio (de 7,5% para 25%); semicondutores (de 25% para 50%); veículos elétricos (de 27,5% para 100%); baterias, componentes e peças (de 7,5% para 25%); painéis solares (de 25% para 50%); guindastes (de 0 para 25%); e, produtos de EPI (de 7,5% para 25%). Inclusive, a secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, declarou a preocupação e adoção destas necessárias medidas haja vista o excesso de capacidade produtiva da China, agora em novos (e estratégicos) setores (*The White House*, 2024). A conjuntura parece esboçar, na verdade, como bem alertado por Chang (2004), que a escada utilizada pela economia americana em seu processo de *catching up* é inacessível a outras economias.

Para além das disputas comercial e tecnológica, amplamente debatidas, há ainda um outro viés em pauta na atual relação entre China e Estados Unidos: a hegemo-

nia monetária. Com o declínio do acordo de Bretton Woods em meados de 1970, o dólar passa a emergir como moeda-chave do novo sistema monetário e financeiro internacional (SMFI) e, desde então, mantém sua posição como principal reserva de valor mundial. A posição hierárquica que as moedas ocupam no âmbito do SMFI tem relação com alguns importantes atributos de seu país emissor, como: poder geopolítico; dimensão da economia nacional; sua integração comercial e financeira com o resto do mundo; e voluntarismo político (Conti, 2011). Ademais, a conversibilidade das moedas em âmbito internacional requer a combinação de três fatores, quais sejam, estabilidade, escala e liquidez (Eichengreen, 2013). É neste sentido que a estrutura hierárquica das moedas em âmbito internacional se manifesta, estando o dólar na posição de moeda-chave, enquanto há as moedas centrais e as moedas periféricas.

Apesar de mantida a posição do dólar no SMFI como moeda-chave, nos últimos anos, sobretudo após a crise do *subprime*, a moeda americana, que representava cerca de 70% das reservas internacionais na década

de 2000, tem visto a redução desta participação, alcançando 59% em 2023. Diante desta mudança, o renminbi, categorizado até então como uma moeda periférica, dada sua baixa conversibilidade em âmbito internacional, tem se destacado pelo aumento de seu uso como reserva internacional, angariando no último ano um quarto da diminuição da participação do dólar (IMF, 2023).

Apesar de pouco ameaçar a hegemonia do dólar, há inúmeros trabalhos que apontam para a mudança hierárquica do renminbi no SMFI, sobretudo após as diversas medidas de internacionalização realizadas pela China a partir de 2008. Na esteira destes estudos, é possível distinguir, de um lado, duas principais perspectivas acerca das motivações da China diante deste processo e, de outro lado, uma perspectiva que analisa o 'lado da demanda' da internacionalização de moedas.

No primeiro âmbito, numa direção, investiga-se se a internacionalização do renminbi poderia ser entendida como um movimento de convergência da China com a ordem internacional, no qual se coloca necessária a adequação de seu sistema financeiro ao



mercado internacional. Por outro lado, questiona-se se este processo não se refere, na realidade, a uma forma de contestação à ordem econômica e financeira mundial, à hierarquia das moedas e, mais especificamente, ao papel hegemônico do dólar e suas decorrentes implicações. É possível analisar uma conformação de ambas as visões ao se destacar, por um lado, o fato da internacionalização do renminbi ser claro resultado do desenvolvimento e protagonismo econômico chinês, de modo que esta moeda já superou, na atualidade, sua posição de moeda periférica. Por outro lado, este processo permite e pode ser conjuntamente pensado no sentido de manter (proteger) o desenvolvimento econômico do país, por representar uma estratégia de defesa da China frente à dependência do dólar. Ao mesmo tempo, é entendida como uma estratégia ofensiva, “(...) no sentido em que visa a promover uma alteração na hierarquia monetária internacional” (PIRES, 2021, p. 211).

No segundo âmbito, busca-se conhecer as motivações e fatores que afetam a internacionalização do renminbi pela ótica dos demandantes, sobretudo aquelas economias que não possuem relações políticas unívocas com a China. Os trabalhos de

Chey (2015) e Liao e Mcdowell (2016) são enfáticos ao concluírem, a partir de diferentes perspectivas, que as preferências dos Estados relativamente à ordem internacional – as regras, princípios e instituições que regem as interações e os comportamentos entre países – influenciam as decisões de diversificação das reservas para o renminbi. Neste sentido, são as considerações políticas, e não puramente as econômicas, que melhor explicam a procura emergente pelo renminbi como moeda de reserva internacional na atualidade.

Frente ao exposto, o mix de curiosidade e especulação sobre a dinâmica econômica chinesa muito se justifica em razão de seus processos de crescimento econômico, *catching up* e internacionalização monetária ressaltarem um exemplo nem um pouco convencional de inserção mundial. Desta feita, há muito a se considerar nos próximos anos em termos de mudanças na hegemonia econômica mundial, processo este que está longe de ser estático, como parte do Ocidente parece considerar.

* É doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Referências

- BOC. BOC Research Institute Releases 2024Q2 Economic and Financial Outlook. *BANK OF CHINA*. 2024.
- CHANG, Ha-Joon, *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- CHEY, H. “Renminbi in Ordinary Economies: A Demand-side Study of Currency Globalization,”. *China & World Economy*, volume 23, issue 3, pages 1-21, May/June 2015.
- CONTI, B. M. *Políticas cambial e monetária: os dilemas enfrentados por países emissores de moedas periféricas*. Campinas: Tese de doutoramento em Economia, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2011.
- EICHENGREEN, B. “Renminbi internationalization: tempest in a teapot?” *Asian Development Review*, vol. 10, n. 1, p. 148-164, 2013.
- HIRATUKA, C. *Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL*. Campinas, SP: UNICAMP, 2018.
- IMF. *IMF Data*. 2023.
- IMF. *World Economic Outlook (WEO) – april 2024*. 2024
- LIAO, S. MCDOWELL, D. No Reservations: International Order and Demand for the Renminbi as a Reserve Currency. *International Studies Quarterly*, Vol. 60, No. 2, 2016). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40159010>
- NASCIMENTO, L. G. do. Escalando a escada: inovação tecnológica, o Estado Chinês e a economia política do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 5, n. 1, p. 44-61, 2020.
- PIRES, D. A. *A economia política do renminbi: uma análise dos dez primeiros anos da internacionalização da moeda chinesa (2009-2019)*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2021.
- THE WHITE HOUSE. FACT SHEET: President Biden Takes Action to Protect American Workers and Businesses from China’s Unfair Trade Practices. *The White House*. 2024.

A nova classe trabalhadora na China¹

Isabela Nogueira*
Ilderley Colombini**

■ A classe trabalhadora chinesa passou por transformações brutais ao longo dos últimos 45 anos. Basta lembrar que quando a China se incorporou ao sistema capitalista global, em 1979, não havia nada parecido com um mercado de trabalho no país. O antigo regime socialista determinava pleno emprego e trabalho vitalício nas cidades, e nas zonas rurais a divisão do trabalho era definida administrativamente no âmbito de cada comuna. Foi necessária uma profunda transformação da questão agrária chinesa para que uma massa de trabalhadores fosse liberada das zonas rurais para iniciar a formação de um mercado de trabalho urbano.

Foi então que começou, nos anos 1990, a China chão de fábrica do mundo, profundamente imbricada com o novo padrão de acumulação em escala global, centrado em relações “flexíveis” de trabalho e nas cadeias de valor. A China entrou nessa divisão internacional do trabalho pela periferia, com trabalhadores rurais migrantes chegando à cidade para receber baixíssimos salários e vivendo em um contexto de ausência de regulação trabalhista, vácuo de direitos sociais, sem contratos formais de trabalho e abrigados nos dormitórios das próprias fábricas. A remuneração era tão baixa que não assegurava nem mesmo a reprodução social do trabalhador, fazendo com que o conceito de “semiproletariado” passasse a ser utilizado para o caso da China.

Os trabalhadores migrantes se viam impossibilitados de levar suas famílias para as cidades, institucionalizando uma espécie de “meio operário, meio agricultor”. Essa forma específica de constituição da classe operária chinesa fez emergir os “regimes de trabalho dormitório” nas imensas fábricas transna-

cionais que passaram a se instalar nas zonas econômicas especiais. Tendo como maioria operários migrantes vindos das zonas rurais, com contratos de curtíssimo prazo, sem direitos sociais e com baixas remunerações, as empresas terceirizadas passaram a estabelecer regimes de trabalho em que os operários vivem em alojamentos próximos ou dentro da fábrica, sem suas famílias, cuja reprodução seguia assegurada pelo trabalho no campo. Para os capitalistas, a semiproletarização lhes permitiu por um bom tempo pagar um salário abaixo do salário de subsistência.

Esse cenário mudou ao longo dos últimos 15 anos, e depois de décadas como país-símbolo de indústrias calcadas em baixos salários e elevada degradação ambiental, a China passou por aumentos sustentados dos salários médios e melhora dos direitos trabalhistas. Entre 2009-2021, os salários médios nas zonas urbanas cresceram 124% em termos reais, sendo o crescimento da manufatura o mais rápido no período, de 154%, seguido por construção (125%) e serviços (114%). Mesmo no setor informal, a taxa de crescimento média dos salários foi de 157% em termos reais entre 2009-2021, o que significa que também o semiproletariado viveu uma importante alta nos seus rendimentos do trabalho.

Para além dos salários, a nova lei trabalhista de 2008 e o avanço na regulação dos contratos implicaram melhora nos padrões de segurança, na fiscalização da jornada de trabalho e no pagamento de horas-extra para trabalhadores formais. Ainda que sua implementação tenha sido marcadamente problemática e tenha carregado enorme variedade regional, é expressivo o número de trabalhadores que buscam seus direitos na forma de ações judiciais, greves, mobilizações de rua e protestos respaldados pela nova lei.

Ao contrário da narrativa neoclássica de que estaria havendo um aumento “natural”



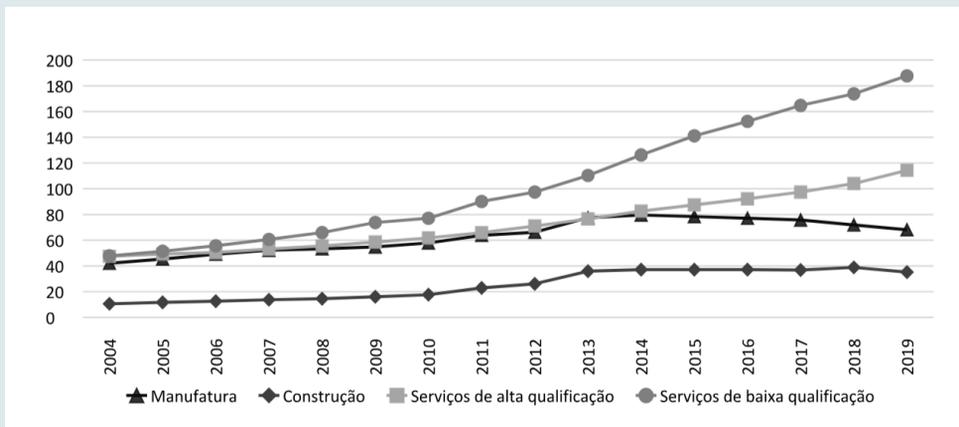
Isabela Nogueira



Ilderley Colombini

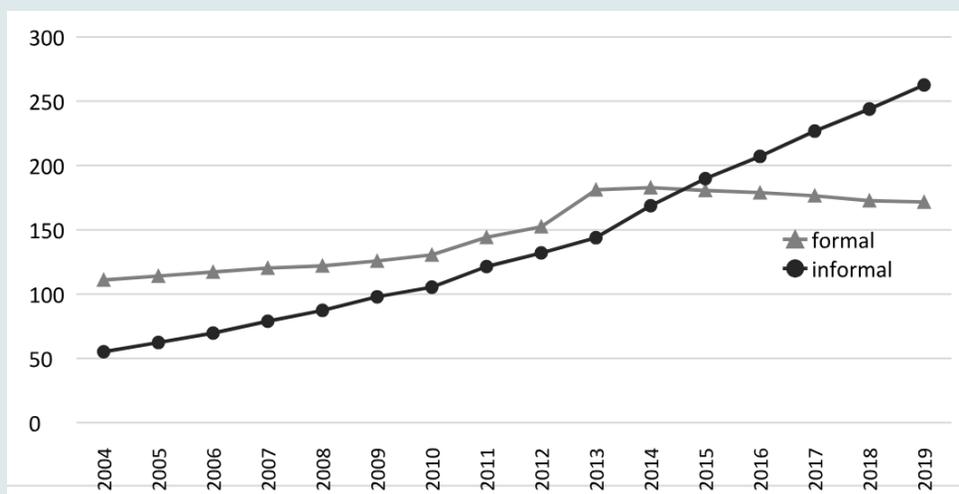


Gráfico 1 - Emprego urbano na China por setor (milhões de pessoas, entre 2004-2019)



Fonte: elaboração própria com base em dados do National Bureau of Statistics of China (NBS, 2023).

Gráfico 2 - Emprego urbano formal e informal na China (milhões de pessoas, entre 2004-2019)



Fonte: elaboração própria com base em dados do National Bureau of Statistics of China (NBS, 2023).

Nota: emprego informal refere-se ao número de pessoas envolvidas ("engaged" ao invés de "employed") em empresas privadas urbanas e indivíduos autônomos ("self-employed").

dos salários em função da virada do ponto de Lewis e do fim da oferta ilimitada de trabalho, nosso argumento é de que essas transformações foram impulsionadas por intensa luta de classes, por novos desdobramentos da questão agrária e pela mudança no regime de acumulação para um padrão intensivo em investimentos em inovação.

Mas ao mesmo tempo que a condição de trabalho do semiproletariado se alterou dramaticamente, enfraquecendo o próprio

sentido dessa categoria ao longo do tempo, a estrutura do emprego também mudou de maneira acelerada nas cidades chinesas a partir de meados da década de 2010. Enquanto os direitos e a seguridade de um trabalhador formal cresciam na China, o número de postos de trabalho formais foi sendo paulatinamente reduzido tanto em termos percentuais quanto absolutos. Duas tendências chamam especial atenção no mercado de trabalho chinês recente.

Primeiro é o enxugamento no número de postos de trabalho na manufatura, contraposto por um crescimento acelerado do setor de serviços, sobretudo de baixa qualificação. Nas cidades, o número de pessoas empregadas na manufatura caiu de 79,6 milhões em 2014 para 68,2 milhões em 2019, uma redução de 14%. No caso dos serviços de baixa qualificação, na mão contrária, o número de pessoas empregadas saiu de 126,2 milhões em 2014 para 187,7 milhões em 2019, um salto de 49% (gráfico 1).

Com isso, a estrutura do emprego mudou radicalmente e a China deixou de ser uma economia de baixos salários centrada na manufatura para se tornar uma economia com oferta amplamente majoritária de emprego de serviços. Em 2019, das 434 milhões de pessoas trabalhando nas cidades, 302 milhões estavam no setor de serviços, contra 68 milhões na manufatura. Isso significa dizer que 70% do trabalho urbano na China era garantido pelo setor de serviços em 2019, contra 16% na manufatura.

Tal expansão no setor de serviços veio acompanhada de um aumento expressivo da informalidade no mercado de trabalho urbano (gráfico 2). O trabalho informal chegou a 60% do emprego urbano em 2019, maior percentual da série histórica, o que representa 262,6 milhões de trabalhadores. O emprego formal, por sua vez, esteve em tendência de queda desde 2015, tendo saído de 180,1 milhões de postos naquele ano para 171,6 milhões em 2019.

Em resumo, ao mesmo tempo que os salários passaram a crescer de maneira sustentada, novas formas de subsunção do trabalho ganharam forma. O rápido crescimento dos serviços informais gerou novas

formas de exploração, subjetivação e constituição da classe trabalhadora.

O crescimento da informalidade de serviços mudou a forma predominante do que é conhecido como trabalho precário na China e aproximou o país de economias centrais e periféricas nos debates dominantes hoje sobre os grandes temas globais sobre trabalho: economias de plataformas, informalidade, terceirização e precarização.

Uma parte da informalidade atual é composta por participantes de mais longa data do mercado de trabalho urbano chinês: vendedores de rua, trabalhadores autônomos com seus pequenos negócios de comida ou vendas, trabalhadores domésticos e mão de obra estudantil das escolas técnicas.

Para além desses, e como em todo o mundo, uma nova multiplicidade de trabalhadores de plataformas digitais, incluindo motoristas de aplicativos, entregadores de comida, transportadores para varejistas e prestadores de serviços de alta qualificação (designers, tradutores, engenheiros) passou a vender seus serviços em plataformas ou por projeto.

A China detém atualmente a maior economia de plataforma do mundo – o que não é uma novidade em termos absolutos, mas é sim surpreendente em termos percentuais. Segundo o *China Labour Bulletin*, o número de trabalhadores na economia de plataformas cresceu de 50 milhões em 2015 para 84 milhões em 2020, o que representava 10% da população economicamente ativa, contra menos de 1% nos Estados Unidos e entre 3%-5% na Europa. Isso significa dizer que do total de trabalhadores informais na zona urbana na China, cerca de 30% estavam vinculados à economia de plataformas em 2020.

A precarização do trabalho, compreendida como desdobramento da inexorabilidade da constituição do exército de reserva na era neoliberal, não deve ser entendida como uma exceção presente na informalidade e ou no trabalho por plataforma, mas como necessária para qualquer momento da acumulação de capital. Ela também estava na essência do trabalho do semiproletariado. Agora, com o *upgrade* industrial chinês e



sua presença inquestionável na disputa tecnológica intercapitalista, as formas de disciplinamento e subsunção do trabalho ao capital mudaram. A nova classe trabalhadora chinesa nas cidades está, majoritariamente, nos serviços informalizados, o que significa dizer que não possui contrato de trabalho, nenhum direito trabalhista, vive sob jornadas de trabalho extenuantes e recebe salários e benefícios sociais bastante inferiores aos seus pares do setor formal.

Mais uma vez, o trabalhador ativo, nessas novas relações de trabalho, continua convivendo rotineiramente com a pressão social exercida pelo exército de reserva. O trabalho precarizado claramente ganhou uma nova forma na China, mas mantém, na essência, a mesma linha muito tênue entre trabalhador ativo e exército de reserva.

** É professora do Instituto de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da UFRJ. É coordenadora do LabChina (Laboratório de Estudos em Economia Política da China).*

*** É professor do Instituto de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) e em Economia (PPGE) da UFRJ.*

1 Uma versão ampliada desse artigo vai ser publicado na Revista Economia e Sociedade, 2024.

A ascensão da China: luta de classes e concorrência intercapitalista



Esther Majerowicz*

■ O desenvolvimento econômico e a ascensão da China no sistema internacional têm sido objeto de diferentes interpretações. Para os países avançados, especialmente os EUA e seus aliados militares, a ascensão chinesa é vista como um desafio central às suas tecnologias de ponta e sistemas industriais e, em última análise, uma potencial ameaça militar. A interpretação americana da China como uma ameaça resultou no aumento da polarização geopolítica entre esses países, fortemente afirmada através da geoeconomia, com a promoção ativa de uma retórica anti-China. Embora esta retórica tenha sido projetada na periferia, cresce também a percepção em certos países em desenvolvimento e setores de esquerda de que a China constituiria uma alternativa, seja como modelo a ser seguido, seja como promotora de uma ordem internacional baseada em benefícios mútuos.

Esta crescente polarização levou a um foco excessivo no aspecto geopolítico da ascensão da China nos debates acadêmicos, negligenciando frequentemente os interesses das classes sociais na definição das políticas estatais e o papel da luta de classes. Por um lado, a questão é enquadrada como um “dilema de segurança clássico”. Por outro, a rivalidade interestatal é diretamente, sem mediações, con-

cebida enquanto luta de classes. Esta última interpretação baseia-se numa leitura da realidade como fundamentalmente enquadrada pela polaridade entre um bloco imperialista (Norte Global liderado pelos EUA) e outro supostamente anti-imperialista (Sul Global) – este último incluindo a Rússia e a China. Em linha divergente, busca-se aqui apontar considerações gerais sobre o desenvolvimento e a ascensão chinesa à luz da luta de classes.

A era da “concorrência amigável” e a ofensiva do capital sobre o trabalho

A transição da China para o capitalismo deu-se sob a égide de um Estado desenvolvimentista, inaugurando o que Medeiros (2022) denominou de “Desenvolvimentismo com Características Chinesas”. Induzida pelo partido-Estado, a alteração das relações sociais de produção através da constituição de um vasto mercado de trabalho e da privatização da economia, que incluiu a privatização de pequenas e médias empresas estatais e o aumento da abertura para empresas privadas estrangeiras, afirmou o capitalismo na China nos anos 1990. Este processo, aliado a subsequentes expropriações de terras rurais, também respondeu pela emergência de uma classe capitalista interna, particularmente da fração de classe que Nogueira e Qi (2022) identificaram como “*low-road*”. A ascensão de tal fração, que tem como característica a dependência de baixos custos, em especial de mão de obra e terra, para a sua inserção industrial-exportadora e o *boom* imobiliário, correspondia ao regime de acumulação liderado pelas exportações e pelo investimento, amparado também por grandes investimentos em infraestrutura e empresas públicas. Nesta transição, embora o Partido Comunista Chinês (PCC) tenha mantido o monopólio do poder político e a forte penetração nos interesses econômicos, sua natureza foi alterada, transitando de um partido de classe para um partido nacional, uma vez que os capitalistas

foram admitidos no PCC e, portanto, começaram a participar no poder político, numa tensão que não evoluiu linearmente (Medeiros, 2022).

Entretanto, em meados dos anos 2000, o regime de acumulação afirmado na transição capitalista seria posto em xeque pela agitação social no campo e nas cidades, pelo aumento dos custos laborais, por uma inserção desfavorável nas cadeias de valor globais devido a desvantagens tecnológicas e pelo correspondente declínio na rentabilidade dos capitalistas nacionais (Nogueira e Qi, 2022). Como resposta, o Estado decidiu reajustar sua relação com os capitalistas, dando primazia ao desenvolvimento tecnológico interno e à mitigação dos custos sociais provocados pelo desenvolvimento capitalista. A nova estratégia de acumulação baseada na inovação autóctone não se limitou a alcançar uma posição superior na hierarquia do sistema internacional por meio do *catch-up* tecnológico, mas também procurou lidar com a questão doméstica do trabalho, diminuindo a dependência de mão de obra barata.

Aqui, há um fio condutor que liga indiretamente a luta de classes às mudanças geopolíticas, mas não mecanicamente como propõem as atuais interpretações, que deslocam o *locus* da luta de classes na China da esfera nacional para a da rivalidade interestatal e as igualam, procurando invalidar e silenciar as lutas e críticas contra a exploração e a opressão na China.

A nova estratégia implicou também um reajustamento da relação entre o partido-Estado e os capitalistas estrangeiros, particularmente aqueles com sede nos EUA, com eventuais repercussões nas relações entre Estados. A incorporação da China na economia capitalista global foi uma peça central da ofensiva histórica do capital sobre o trabalho nos países avançados, à medida que a crise de rentabilidade que atingiu os principais países capitalistas nos anos 1970, particularmente os EUA, respondeu em grande medida ao aumento do poder de barganha dos trabalhadores e de movimentos

sociais ativos. Possibilitada pela aproximação diplomática entre os EUA e a China, a exploração do trabalho assalariado chinês, uma “oportunidade” disponibilizada pelo PCC e aproveitada pelas corporações transnacionais, ajudou a restaurar a rentabilidade dos capitais dos países centrais. Isto ocorreu diretamente, pela exploração da força de trabalho chinesa a baixos salários, e indiretamente, via pressões baixistas sobre os salários manufatureiros nos países centrais, particularmente nos EUA, contribuindo para inclinar a balança de poder em direção ao capital e corroer o poder de barganha dos trabalhadores nestes países. Assim, também foi afirmada uma aliança entre o partido-Estado e os capitalistas estrangeiros com investimentos na China: pode não ter havido um “neoliberalismo com características chinesas”, mas a China foi uma peça central na sustentação material da forma neoliberal globalizada de capitalismo.

O retorno da concorrência entre grandes potências capitalistas e a periferia

Todavia, as bases materiais desta aliança seriam minadas pelo sucesso e as contradições da nova estratégia de acumulação chinesa, junto com seus efeitos propulsores sobre a expansão internacional de seus capitais. Desde a Grande Crise Financeira, em 2008, a maior convergência tecnológica da China com os países avançados, especialmente em tecnologias de uso civil-militar como as digitais, embora ainda dependente da importação de tecnologia, tem transformado cada vez mais a relação de complementaridade em uma de concorrência com diversas grandes empresas dos EUA. Este aumento da concorrência expressiu-se politicamente numa mudança de posição dos grandes setores empresariais americanos, cujos interesses passaram a opor-se à China e alinhar-se com àqueles de segurança nacional, alterando a configuração das forças internas dos EUA na elaboração da política para a China (Hung, 2020). Daí o reposicionamento geopolítico e geoeconômico dos EUA: a China deixou de ser um “concorrente amigável” e tornou-se o principal contendor dos EUA.

Nos países avançados, as respostas à ascensão chinesa manifestaram-se tanto na dimensão negativa (e.g., sanções) como na po-

sitiva. O desafio colocado pela ascensão da China é o principal motor – juntamente com a questão ambiental, interligada à primeira, porque a China é o “fabricante verde” dominante – para o retorno do planejamento nas principais economias da OCDE. A intensificação da concorrência intercapitalista e interestatal com a ascensão da China parece estar provocando uma convergência para práticas não-neoliberais na direção dos instrumentos que foram afirmados na experiência chinesa nas últimas décadas – especialmente com o regresso do planejamento e a adoção de políticas industriais explícitas, centralmente coordenadas e abrangentes, como armas na competição. Esta convergência encontra limites fora dos países avançados, pois a austeridade continua a reinar em muitas periferias.

De um ponto de vista periférico, com recursos limitados, a expansão da China através de investimentos estrangeiros diretos (IED) foi recebida com entusiasmo por muitos, em nome do desenvolvimento, embora, pelo menos na América Latina, tenham ocorrido distintas ondas de IEDs provenientes de grandes potências e de países avançados, enquanto a região permanece subdesenvolvida. A reprodução em escala global dos capitais oriundos da China é passível das mesmas tendências de acumulação de capital a nível mundial, com consequências significativas para os países em desenvolvimento, particularmente considerando a tendência à polarização da riqueza. Aqui, os mesmos mecanismos básicos que geram a condição periférica são reproduzidos pela expansão da China. Para grande parte da periferia rica em recursos naturais, os investimentos chineses em atividades primárias e nas infraestruturas necessárias para integrar esta produção à economia chinesa, em certa medida semelhantes ao padrão do IED durante a hegemonia britânica, reforçam sua tradicional inserção internacional – a exportação de bens primários e a importação de bens manufaturados.

As exportações chinesas de pacotes tecnológicos, bens e serviços para infraestruturas e aplicações digitais envolvem muitas empresas e *Big Tech* que, além de controlarem amplas parcelas do poder de computação global pela expansão transnacional do seu capital fixo, operam modelos de negócios baseados na monopolização do

conhecimento, uma tendência do capitalismo. Esta monopolização implica a transferência de valor e conhecimento da periferia para o centro sob a forma de rendas tecnológicas e extração de dados, criando novas formas de reprodução da condição periférica. Como as plataformas digitais chinesas e americanas estão intimamente interligadas com seus estados, a incorporação de usuários e nações nos seus nexos plataforma-Estado é uma forma de projetar poder econômico e político extraterritorial (Rolf e Schindler, 2023). A projeção infraestrutural digital da China, tal como a dos EUA e em concorrência feroz entre si, assemelha-se muito mais a uma expansão imperialista devido à dimensão extraterritorial de poder que implica.

A ascensão da China carrega, portanto, uma contradição central: enquanto a China rompe com a condição periférica, reproduz a clivagem centro-periferia, pois reproduz os mecanismos que a sustentam. Na dimensão geopolítica, a disputa sino-americana pode permitir que os países periféricos se envolvam em negociações com ambos os lados para extrair concessões e melhores termos em acordos internacionais. Estes maiores ou menores ganhos econômicos e tecnológicos, contudo, têm um preço, pois as suas possibilidades, a intensificação da competição entre grandes potências e a militarização, aumentam os riscos sistêmicos de guerra.

Referências

- Medeiros (2022) e Nogueira e Qi (2022) são capítulos do livro “A China no Capitalismo Contemporâneo”.
 Hung, H-F. (2020). The US-China Rivalry Is About Capitalist Competition. *Jacobin Magazine*, July.
 Rolf, S.; Schindler, S. (2023). The US-China rivalry and the emergence of state platform capitalism. *Environment and Planning A: Economy and Space* 55(5): 1255–1280.

* É professora do Departamento de Economia e da Pós-Graduação em Economia da UFRN.

